

RELATÓRIO ANUAL 2020

CONTRATAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL



FICHA TÉCNICA

Título: Contratação Pública em Portugal 2020

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11
1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | **Fax:** 217 946 799 | **Email:** geral@impic.pt

Data de edição: Dezembro 2021

Os valores apresentados com referência à fonte “portal BASE” (www.base.gov.pt) foram apurados com recurso à ferramenta Power BI

Índice

1.	Introdução	4
2.	A contratação pública eletrónica em Portugal	5
3.	Montante da contratação pública	7
3.1.	Estatísticas da contratação pública	7
3.1.1.	Evolução dos contratos públicos	7
3.1.2.	Peso dos contratos públicos no Produto Interno Bruto (PIB)	8
3.1.3.	Contratos públicos e Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	9
3.1.4.	Procedimentos iniciados versus contratos celebrados	10
3.2.	Contratação pública por tipo de contrato	12
3.3.	Contratos por ano de decisão e duração média dos procedimentos	14
3.3.1.	Contratos por ano de decisão de contratar	14
3.3.2.	Distribuição da celebração de contratos por mês	16
3.4.	Contratos por tipo de procedimento	16
3.5.	Procedimentos concursais versus procedimentos por convite	19
3.5.1.	Procedimentos concursais	21
3.5.2.	Ajustes diretos	23
3.5.3.	Consulta prévia	32
4.	Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados	34
5.	Duração média dos procedimentos de contratação	39
6.	Número de concorrentes por procedimento	40
7.	Modalidade de adjudicação	42
7.1.	«Preço» vs «Melhor relação Qualidade - Preço»	42
7.2.	«Melhor relação qualidade preço»: peso do fator preço	45
7.3.	Preços anormalmente baixos	46
8.	Contratos por classificação “Vocabulário Comum para os Contratos Públicos”	50
9.	Intervenientes no processo de contratação Pública	51
9.1.	Entidades Adjudicantes	51
9.2.	Adjudicatários	55
9.2.2.	Origem dos adjudicatários não nacionais	56
9.3.	Plataformas eletrónicas	57
9.3.1.	Contratos celebrados em 2020 com as plataformas eletrónicas para a aquisição de serviços de plataforma eletrónica de contratação	57
9.3.2.	Contratos celebrados em 2020 por plataforma por onde tramitaram os respetivos procedimentos	59
10.	Execução dos contratos	61
10.1.	Desvio de preços	61
10.2.	Desvio de prazos	64

Siglas

ALC	Acima dos limiares comunitários
BS	Bens e Serviços
CCP	Código dos Contratos Públicos.
CPV	Vocabulário Comum para os Contratos Públicos
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
ICPEP	Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal
IM(alc)	Índice de Manchester (acima dos limiares comunitários)
IMPIC	Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção
INCM	Imprensa Nacional Casa da Moeda
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
K	Milhar
ME	Milhões de euros
OP	Obras Públicas
PE	Plataformas Eletrónicas
PIB	Produto Interno Bruto
pp	Pontos Percentuais
PME	Pequenas e Médias Empresas

1. INTRODUÇÃO

O Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC) procede à publicação do relatório anual sobre a contratação pública em Portugal relativo ao ano de 2020, com o qual se pretende divulgar os principais indicadores relativos à contratação pública e potenciar um melhor conhecimento desta área, à semelhança do já sucedido em anos anteriores¹ recorrendo à ferramenta Power BI.

Este relatório é possível pela existência do portal BASE, criado no âmbito da reforma introduzida na contratação pública em 2008, designadamente no que respeita à introdução, com carácter obrigatório, da contratação pública eletrónica, que constitui o repositório dos contratos públicos.

Integrado no modelo de contratação pública eletrónica que o nosso país adotou em 2009, o portal BASE, para além do papel relevante em sede de transparência e prestação de contas, designadamente pelo seu livre acesso, também permite a elaboração de análises que de outro modo não seriam passíveis de serem feitas, pelo menos nos mesmos moldes, com as quais o conhecimento concreto sobre a contratação pública em Portugal é certamente maior, permitindo uma decisão mais informada aquando do desenho de políticas públicas.

Sendo evidente o carácter inovador do modelo português de contratação pública eletrónica, designadamente a previsão de um portal com as características e os objetivos do portal BASE, e com a transposição das novas diretivas da contratação pública² para o ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, que veio alterar o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2018 e aplicável apenas aos procedimentos cuja data de decisão de contratar seja posterior a essa data, o presente relatório procura ainda adaptar-se às mudanças e espelhar a informação decorrente das mesmas.

¹ Relatórios relativos aos anos de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 disponíveis no portal do IMPIC (<http://www.impic.pt/impic/pt-pt/relatorios-e-dados-estatisticos/relatorios-de-contratacao-publica>) e no portal BASE (<http://www.base.gov.pt/Base/pt/Relatorios>).

² Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas de 28 de março.

2. A CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA EM PORTUGAL

No ano de 2020 foram registados no portal BASE 156 703³ procedimentos cujo respetivo preço base⁴ ascendeu a 18 446 milhões de euros. No mesmo período, o número de contratos celebrados e reportados ao portal BASE – independentemente do ano de início do procedimento – foi de 147 940, a que corresponderam 10 723 milhões de euros em termos de valores contratuais (os valores agregados excluem os Ajustes Diretos Simplificados).

Gráfico 1 – Contratação pública em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Dos procedimentos iniciados durante o ano de 2020, a percentagem de procedimentos cuja tramitação decorreu através de uma das cinco plataformas eletrónicas certificadas para a contratação pública foi de 49,1%, resultante em parte da não obrigatoriedade de tramitação dos ajustes diretos e das consultas prévias nas plataformas⁵.

Gráfico 2 – Contratação pública eletrónica em Portugal em 2020: peso do número de procedimentos tramitados em Portugal



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

³ Incluindo-se, neste número, todos os procedimentos de contratação, exceto os ajustes diretos simplificados e a contratação excluída.

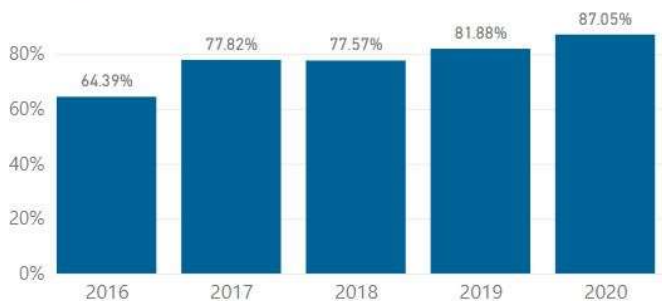
⁴ Preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, excluindo os ajustes diretos (art.º 47.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos).

⁵ Plataformas de empresas que foram licenciadas e certificadas pelo IMPIC e pelo GNS nos termos do art.º 7.º e do art.º 8.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

A representatividade da contratação tramitada por plataformas eletrónicas foi mais significativa quando nos reportamos aos valores monetários inerentes aos procedimentos de contratação: a soma dos preços base dos procedimentos tramitados por plataformas de contratação pública ascendeu a 87,05% do somatório do preço base de todos os procedimentos abertos em 2020.

Gráfico 3 – Evolução do ICEP

Evolução do ICEP



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

O Índice de Contratação Pública Eletrónica em Portugal (ICEP) – índice que pretende monitorizar o peso da contratação pública tramitada através de plataformas que hoje em dia estão devidamente certificadas para assegurar os procedimentos de contratação pública – foi de 87%. Em 2020 o valor do índice foi superior ao registado no ano de 2019.

Uma vez que os procedimentos concursais⁶ são, obrigatoriamente, tramitados através de plataformas eletrónicas para a contratação pública, o valor deste indicador depende da evolução dos procedimentos de contratação iniciados com recurso ao ajuste direto e à consulta prévia - os quais tiveram um incremento no seu peso relativo - dado que, nestes procedimentos, a utilização de uma plataforma pública de contratação está sujeita à discricionariedade da entidade adjudicante.

⁶ Concursos públicos e concursos limitados (Procedimentos com anúncio em Diário da República).

3. MONTANTE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No ano de 2020, os contratos públicos reportados ao portal BASE⁷ atingiram 10,72 mil milhões de euros, em resultado de 147 940 contratos celebrados.

Gráfico 4 – Os contratos públicos, em Portugal, no ano de 2020: números globais



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.1 ESTATÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

3.1.1. EVOLUÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Face aos anos precedentes, em 2020 observou-se um aumento do número de contratos públicos reportados ao portal BASE. Esta alteração foi especialmente notada ao nível das obras

⁷ Cumpre alertar (como tem sido feito nos relatórios precedentes) para a possibilidade de os contratos reportados não serem, efetivamente, todos os contratos celebrados por entidades adjudicantes. Para além de entidades que possam não ter procedido ao registo dos seus contratos por desconhecimento, ou por outras razões, existem outros contratos que, atenta a natureza e o enquadramento jurídico, poderão não ter sido integralmente reportados ao portal BASE, designadamente:

- Os contratos cujo preço contratual seja inferior a 5 000 euros;
- Os contratos de aquisição de serviços de água e energia elétrica;
- Os contratos das entidades inseridas nos sectores especiais (água, energia, transportes e serviços postais) abaixo dos limiares comunitários;
- Os contratos excluídos nos termos do artigo 4.º do CCP;
- Os contratos resultantes de procedimentos não sujeitos à parte II do CCP, nos termos do respetivo artigo 5.º (ex: contratação “in house”).

públicas, que de 2019 para 2020 – aumentaram 13,3%. Nos bens e serviços registou-se uma variação de +1,4% quando comparado com o ano de 2019.

Relativamente aos montantes contratuais, face ao ano de 2019 registou-se um aumento global de 20,8% (+1 845 milhões de euros). Esta variação decompõe-se numa variação positiva de +16,4%, no caso dos bens e serviços, isto é, +1 019 milhões de euros face a 2019, e uma variação de +30,9% no caso das obras públicas (correspondentes a 826 milhões de euros).

Gráfico 5 – Os contratos públicos, em Portugal, nos anos de 2016 a 2020: números globais



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.1.2. PESO DOS CONTRATOS PÚBLICOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

No ano de 2020, o peso dos valores contratuais comunicados ao portal BASE representou 5,36% do PIB, que face ao ano anterior representa um acréscimo de 1,21 p.p.

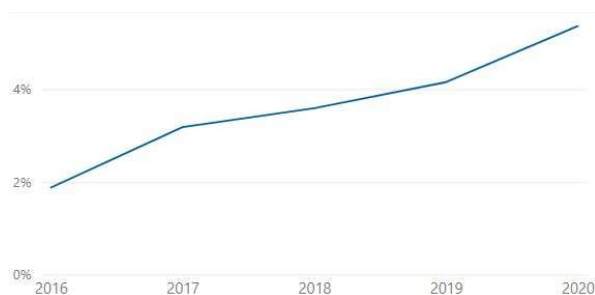
Quadro 1 – A contratação pública comunicada em Portugal: peso no PIB

Ano	PIB (M€)	PIB Var. %	Valor Contratual (M€)	Peso Contratação face ao PIB	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)
2016	186,489.81 €		3,502.12 €	1.88%	
2017	195,947.21 €	5.07%	6,232.52 €	3.18%	77.96%
2018	205,184.12 €	4.71%	7,369.50 €	3.59%	18.24%
2019	214,374.62 €	4.48%	8,899.99 €	4.15%	20.77%
2020	200,087.57 €	-6.66%	10,723.90 €	5.36%	20.49%
Total	1,002,083.34 €	24.95%	36,728.03 €	3.67%	41.24%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-12-2021)

O peso que os contratos públicos reportados ao portal BASE, têm no PIB em 2020, ficaram pelos 5,36%, esta é uma tendência que tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Gráfico 6 – A contratação pública em função do PIB



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)
INE Contas Nacionais Trimestrais

3.1.3. CONTRATOS PÚBLICOS E FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF)

No caso dos contratos públicos respeitantes a obras públicas reportadas ao portal BASE, de 2019 para 2020 aumentaram para 3 502 milhões de euros.

Quadro 2 – A contratação pública em Portugal: peso na FBCF da construção (milhares de euros)

Ano	Formação Bruta Capital Fixo - Construção (M€)	Formação Bruta Capital Fixo - Construção Var. %	Valor Contratual (M€)	Valor Contratual (Data Celebração, Hom., Var. %)	Peso Contratação face ao FBCF - Construção
2016	13,951.04 €		823.02 €		5.90%
2017	16,262.42 €	16.57%	1,836.67 €	123.16%	11.29%
2018	17,949.82 €	10.38%	2,406.27 €	31.01%	13.41%
2019	20,134.95 €	12.17%	2,708.95 €	12.58%	13.45%
2020	20,954.60 €	4.07%	3,501.67 €	29.26%	16.71%
Total	89,252.83 €	30.68%	11,276.57 €	45.04%	12.63%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)
INE Contas Nacionais Trimestrais (Data da última atualização: 23-12-2021)

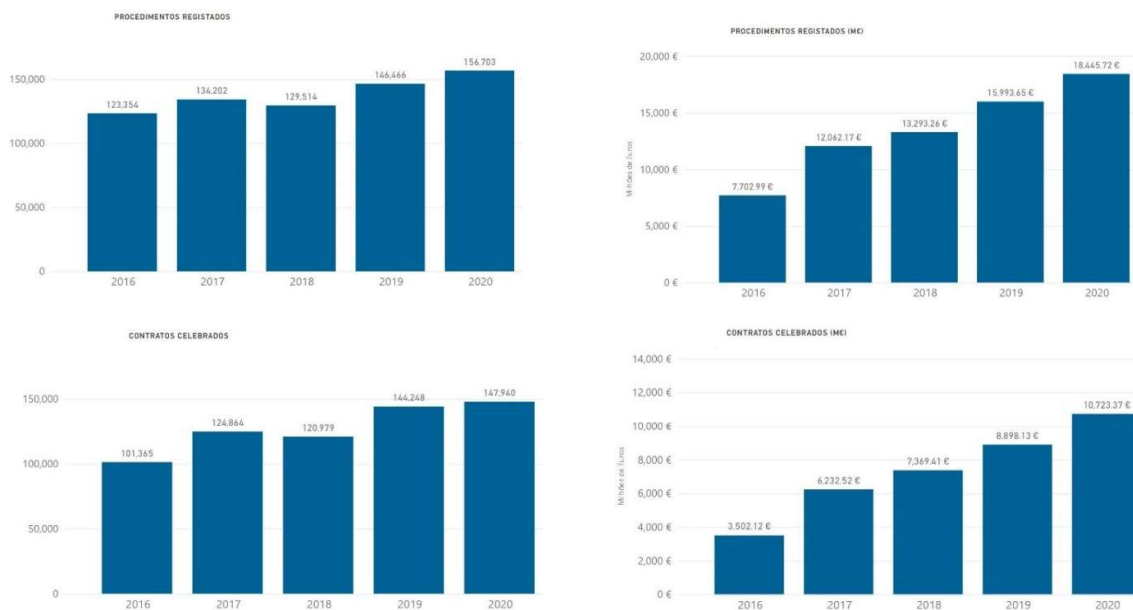
Com o aumento no valor dos contratos de obras públicas reportados ao portal BASE, a relação entre o montante contratual global e a formação bruta de capital fixo na construção aumentou em 3,26 pontos percentuais, passando a representar 12,6% daquele indicador.

3.1.3. PROCEDIMENTOS INICIADOS VERSUS CONTRATOS CELEBRADOS

Como referido atrás, no ano de 2020 foram reportados ao portal BASE 156 703 procedimentos iniciados (a que corresponderam 18 446 milhões de euros de preço base) e 147 940 contratos (traduzidos em 10 723 milhões de euros de preço contratual).

Por comparação com o ano de 2019, em 2020 constatou-se um aumento no número de novos procedimentos (mais 10 237 procedimentos, ou seja, +7%), assim como um aumento no número de novos contratos (mais 3 692 novos contratos, isto é, +2,6%).

Gráfico 7 – Comparação do número de procedimentos abertos com o número de contratos celebrados e do valor do preço base dos procedimentos abertos com os montantes contratuais (2020)



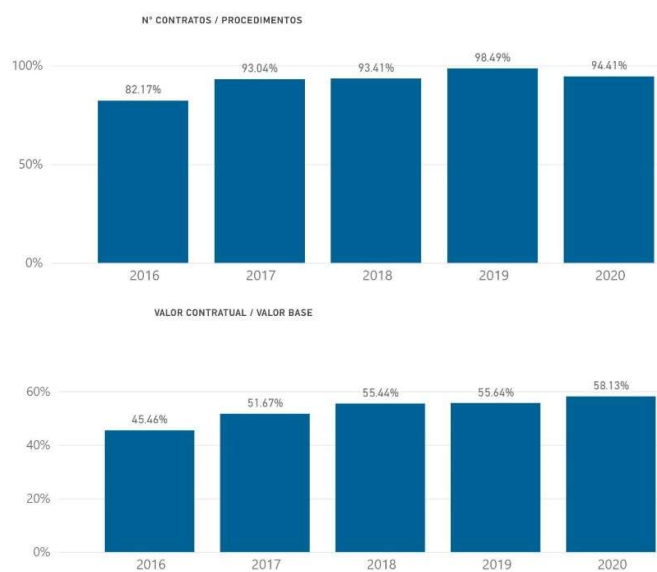
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Nos valores associados aos procedimentos e contratos em causa, no ano de 2020 o valor agregado do preço base dos procedimentos abertos aumentou em 2 452 milhões de euros, registando-se também um aumento nos valores contratuais que tiveram um acréscimo de 1 825 milhões de euros (+20,5%) face a 2019.

Embora sejam conceitos distintos⁸, é possível, ainda assim, relacionar os procedimentos com os contratos celebrados no mesmo período. A relação entre o número de contratos celebrados e o número de procedimentos de contratação iniciados em 2020 foi, pois, de 94,4%, em termos de números, e de 58,1%, em termos de montantes contratuais.

Face ao ano de 2019, registou-se uma diminuição no grau de conclusão dos procedimentos, isto é, a relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no ano, no que respeita ao número de contratos (-4,1 p.p.) mas não no que respeita ao valor (+2,5 p.p.).

Gráfico 8 – Relação entre os contratos celebrados e os procedimentos abertos no mesmo ano: evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

⁸ O procedimento de contratação traduz-se na abertura de um processo que se espera vir a originar a celebração de um contrato. É, todavia, possível que alguns procedimentos não resultem em contrato, seja por não haver concorrentes, por a entidade adjudicante ter, entretanto, decidido não adjudicar, ou por outros motivos. Em sentido inverso, é possível que a um determinado procedimento correspondam vários contratos. Será disso exemplo os contratos por lotes ou os contratos celebrados ao abrigo de acordos-quadro.

3.2 CONTRATAÇÃO PÚBLICA POR TIPO DE CONTRATO

Do número de contratos reportados ao portal BASE no ano de 2020, a grande maioria (92%) respeita a aquisição de bens e serviços. No que respeita aos montantes contratuais, os bens e serviços foram, igualmente, maioritários, ainda que com uma menor expressão relativa (68%).

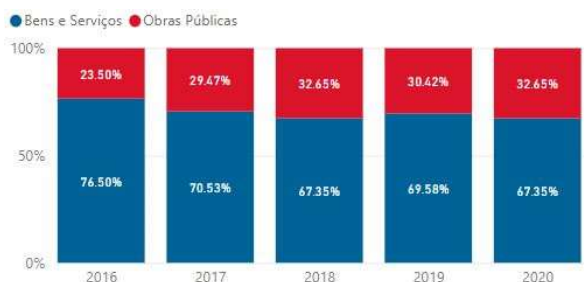
Gráfico 9 – Contratação Pública por tipo de contrato, em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

A estrutura dos contratos públicos em 2020 continuou a inverter ligeiramente a tendência que se tem observado desde 2010 (constatado nos primeiros relatórios da contratação pública), em que o peso dos contratos relativos a obras públicas⁹ tem vindo a descer relativamente à aquisição de bens e serviços. Se em 2010 os contratos relacionados com obras públicas representavam a maioria do valor total dos contratos públicos, em 2020 o seu peso ficou-se pelos 33%.

Gráfico 10 - Peso relativo dos Bens e Serviços face às Obras Públicas por Montantes Contratuais: 2016 a 2020

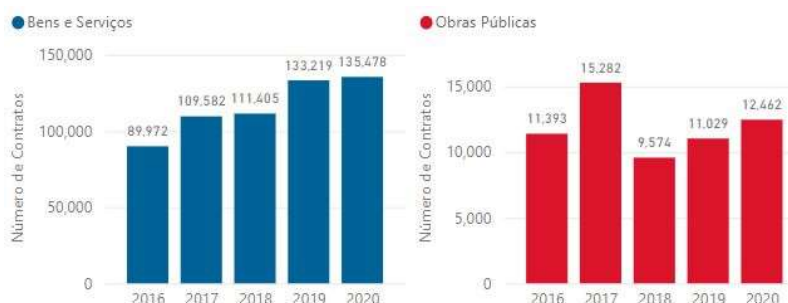


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

⁹ Considerando-se incluído nas «obras públicas» os serviços relacionados com obras públicas.

O número de contratos de bens e serviços celebrados em 2020 representa um acréscimo de 1,7 % face ao ano de 2019 (+2 259), e um acréscimo de 50,6% (+45 506) face ao ano de 2016. Já no que respeita às obras públicas, manteve-se a tendência do último ano, e em 2020 registou-se um aumento do número de contratos, sendo a variação de +13% (+ 1 433) face a 2019.

Gráfico 11- Número de contratos celebrados nos anos de 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Relativamente ao valor dos contratos celebrados de bens e serviços, registou-se um aumento de 16,7% (1 031 milhões de euros) face a 2019. Quanto às obras públicas, registou-se uma variação de +29,3% (+794 milhões de euros).

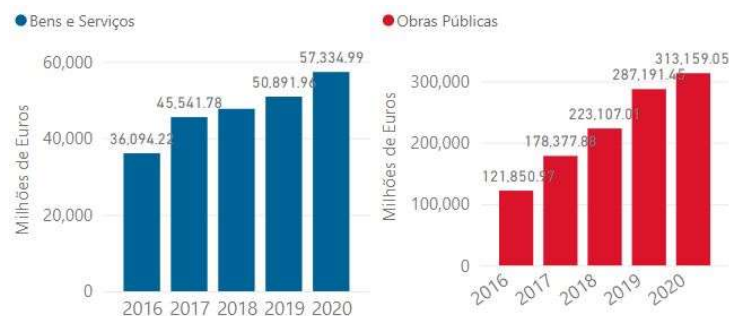
Gráfico 12 - Valor dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2020 (em Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Quanto ao valor médio por contrato, no caso das obras públicas, o valor médio observado em 2020 foi de 313 159,05 €, o que representou um aumento face ao ano de 2019 de 12,7%, (+6443,03 € por contrato). No caso dos bens e serviços, o valor médio deste tipo de contratos em 2019 foi de 57 334,99 €, traduzindo um aumento de 9% (+25 967,60 € por contrato) face ao ano de 2019.

Gráfico 13- Valor médio dos contratos celebrados nos anos de 2016 a 2020 (Euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.3 CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO E DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS

3.3.1 CONTRATOS POR ANO DE DECISÃO DE CONTRATAR

Analisando os contratos por ano de decisão de contratar, constata-se que 79,6% dos contratos celebrados em 2020 resultam de procedimentos de contratação iniciados no próprio ano. Apenas 18% dos contratos haviam sido iniciados no ano de 2019, podendo-se considerar como residuais os contratos celebrados em 2020 decorrentes de procedimentos iniciados antes de 2018.

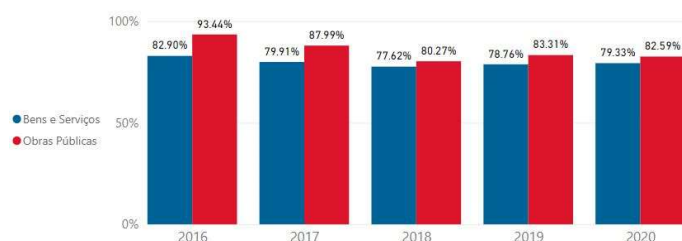
Quadro 3 - Contratos celebrados em 2020 por ano de decisão

Tipo Contrato	2007	2009	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Bens e Serviços	1		4	8	35	204	555	2,427	24,775	107,469	135,478
Obras Públicas		1		3	4	55	133	178	1,796	10,292	12,462
Total	1	1	4	11	39	259	688	2,605	26,571	117,761	147,940

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Comparando os anos de 2019 e 2020, podemos constatar que, neste último ano, os contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano, foi ligeiramente superior no caso nos bens e serviços e ligeiramente inferior no caso das obras públicas.

Gráfico 14 - Percentagem dos contratos cujo procedimento de contratação foi iniciado no mesmo ano



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Dos contratos de obras públicas celebrados em 2020 é possível notar uma diferenciação no valor médio dos contratos (consoante o ano de abertura do procedimento), traduzindo-se no aumento do valor médio do contrato consoante o ano de abertura do procedimento de contratação tenha sido mais recente, no caso dos bens e serviços o valor médio é mais estável nos últimos anos (verificando-se uma diminuição no último ano).

Gráfico 15 - Valor médio dos contratos celebrados em 2020 em função do ano de decisão do procedimento (Euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

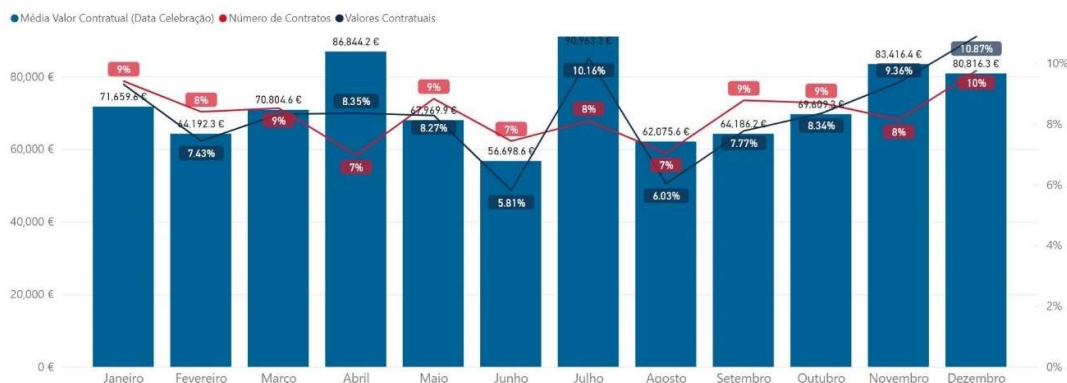
3.3.2. DISTRIBUIÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS POR MÊS

Analisando a distribuição do número de contratos públicos celebrados ao longo dos meses, constata-se que o menor número de contratos celebrados aconteceu em abril, junho e agosto. Já em dezembro, foram outorgados 10% dos contratos.

No que respeita aos valores contratuais, a distribuição, variou entre 5,91% (junho) e 10,87% (em dezembro).

Em termos de valores médios dos contratos, registou-se uma oscilação ao longo do período, sendo o mês de julho o mês com o maior valor médio (90 963,27 €).

Gráfico 16 - Distribuição dos contratos celebrados, por mês



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.4. CONTRATOS POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Dos contratos celebrados durante o ano de 2020, o tipo de procedimento a que se recorreu com maior frequência foi o ajuste direto, representando 50,7% do número total de procedimentos, seguindo-se a consulta prévia (23,6%). Em termos de montantes contratuais, o seu peso relativo foi menor (20,9% e 10,3% respetivamente).

Gráfico 17 - Contratação Pública por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em termos de número de contratos, registou-se um aumento global (+2,6%), sendo de destacar o aumento dos ajustes diretos e a diminuição dos procedimentos por consulta prévia. O número de contratos decorrentes de acordos-quadro, parecendo subavaliado em anos anteriores, sobe em 2020, tendo sido registados 17 199 contratos. Nos outros procedimentos estão incluídos aqueles com menos expressão (diálogo concorrencial, disponibilização de bens imóveis, procedimento de negociação e parceria para a inovação).

Gráfico 18 - Número de contratos por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita aos montantes contratuais, a variação também foi positiva (+20,5%). Neste âmbito destacaram-se percentualmente os procedimentos por consulta prévia, com uma variação positiva de +83%.

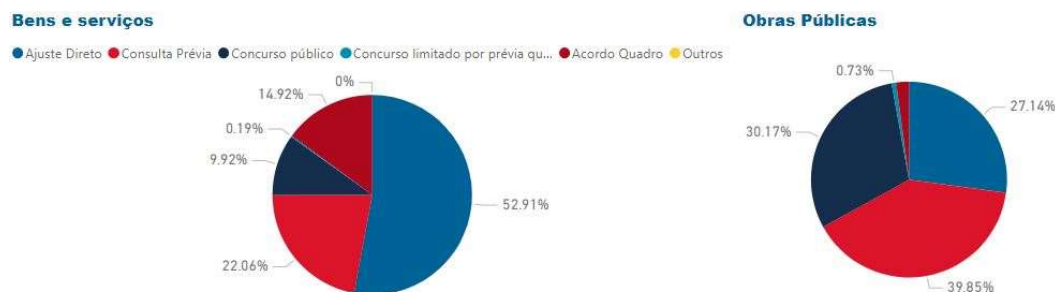
Gráfico 19 – Montantes contratuais por tipo de procedimento: evolução 2016 a 2020 (milhões de euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando a utilização dos diversos procedimentos de contratação por tipo de contratos, constatamos que o peso dos ajustes diretos é mais relevante no caso dos bens e serviços (52,9%) do que nas obras públicas (27,1%). O mesmo já não sucede com os procedimentos por Consulta Prévia, mais relevantes nos contratos de obras públicas (39,85%) do que nos contratos de aquisição de bens e serviços (22,1%).

Gráfico 20- Número de contratos por tipo de procedimento (2020)



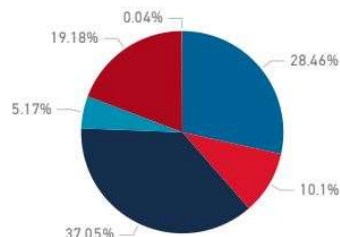
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por montantes contratuais, os contratos decorrentes de procedimentos por concurso público e concurso limitado são maioritários nas obras públicas (83,3%) comparando com os bens e serviços (42,2%). Já os contratos celebrados na sequência de ajustes diretos são relativamente mais relevantes no caso de aquisição de bens e serviços (28,5%), representando 5,4% dos contratos de obras públicas.

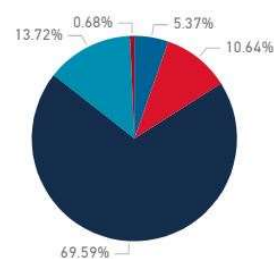
Gráfico 21- Montantes contratuais por tipo de procedimento (2020)

Bens e Serviços

● Ajuste Direto ● Consulta Prévia ● Concurso público ● Concurso limitado por prévia qualificaç... ● Acordo Quadro ● Outros



Obras Públicas

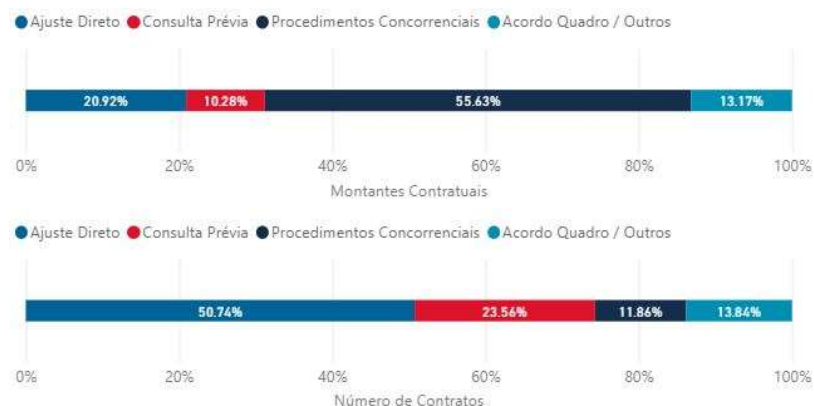


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.5 PROCEDIMENTOS CONCURSAIS VERSUS PROCEDIMENTOS POR CONVITE

O peso dos contratos precedidos por procedimentos concursais (concursos públicos e concursos limitados por prévia qualificação) em termos de número de contratos, foi de 11,9%, em 2020, mas de 55,6% no que respeita aos valores contratuais. Já os contratos precedidos por procedimentos de ajuste direto e consulta prévia representaram 74,3% do número total de contratos e 31,2% dos montantes contratuais celebrados em 2020.

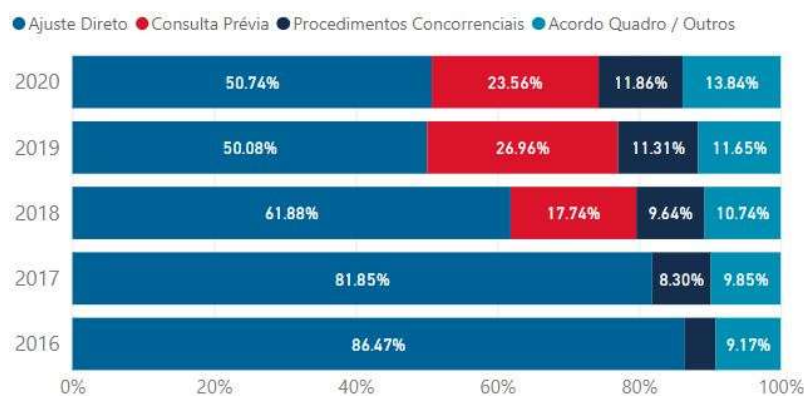
Gráfico 22 - Contratação Pública em 2020 por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Face a 2018, salienta-se o acréscimo do procedimento por consulta prévia (novidade em 2018) representando 23,6% dos procedimentos em 2020, e que conjuntamente com o ajuste direto detêm 74,3% verificando-se assim uma diminuição do peso relativo do número de procedimentos por ajuste direto, que passaram de uma quota de 61,9% em 2018 para 50,7% em 2020.

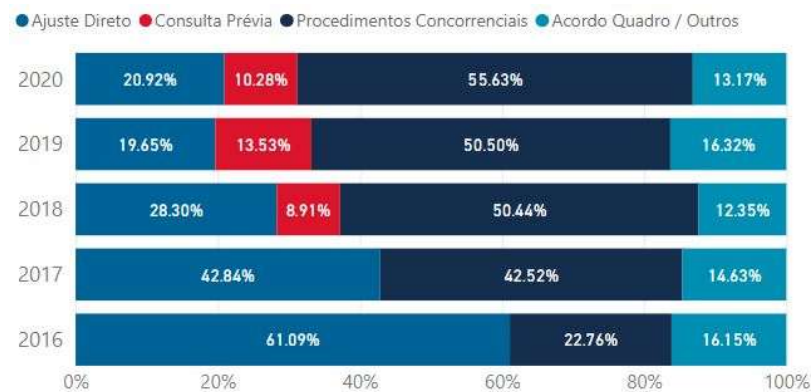
Gráfico 23 - Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão do número, nos anos de 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando o peso dos contratos por montante contratual, os procedimentos por ajuste direto deixaram de representar grande parte dos contratos celebrados, embora juntamente com a consulta prévia representem 31,2% dos contratos.

Gráfico 24 - Peso relativo dos procedimentos concursais, em razão dos montantes contratuais, nos anos de 2016 a 2020



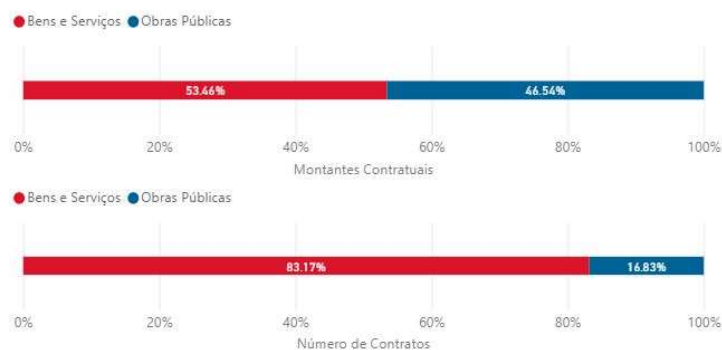
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.5.1. PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

O número e os montantes contratuais dos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais ganharam algum espaço em relação aos demais procedimentos em termos da sua representatividade na contratação pública, no ano de 2020.

Nos procedimentos concursais, 83,17% (43 576) do número de contratos, correspondentes a 53,46% (3 778 milhões de euros) dos montantes contratuais respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 16,83% dos contratos (8 817) e 46,54% dos montantes contratuais relativos a contratos relacionados com obras públicas.

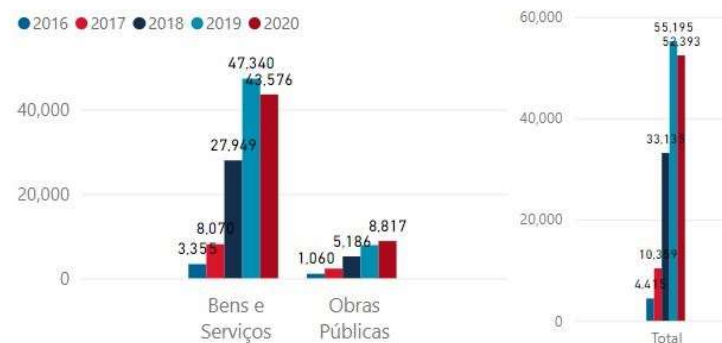
Gráfico 25 - Contratos decorrentes de procedimentos concursais em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Face ao ano de 2019, os dados apurados denotam um aumento do número de contratos reportados no caso das obras públicas (12%), já no caso dos bens e serviços registou-se uma diminuição (-8%).

Gráfico 26 - Número de contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando por montantes contratuais, registou-se um aumento dos valores (24%), justificado pelo aumento tanto no caso das obras públicas (29%) como no caso dos bens e serviços (20%).

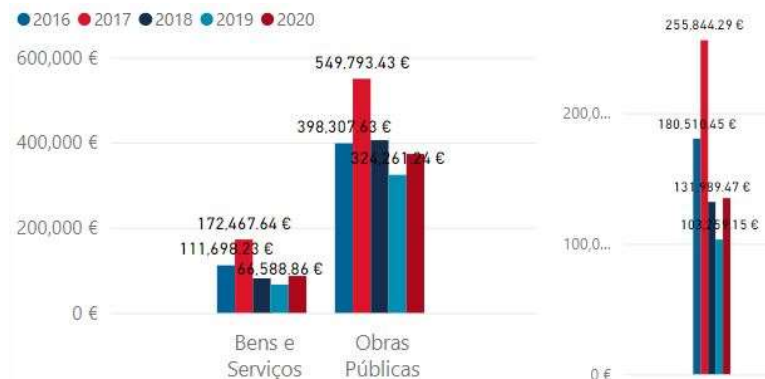
Gráfico 27 - Montantes dos contratos decorrentes de procedimentos concursais: 2016 a 2020 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita ao valor médio dos contratos celebrados em 2020 decorrentes de procedimentos concursais, por comparação com 2019, assistiu-se a um aumento no caso de aquisição de bens e serviços (+30%), assim como nos contratos relacionados com obras públicas (+15%).

Gráfico 28 - Valor médio dos contratos decorrentes de procedimentos concursais, por tipo de contrato: 2016 a 2020 (Milhões de Euros)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.5.2. AJUSTES DIRETOS

Dos 75 066 contratos celebrados em 2020 que foram precedidos por procedimento de ajuste direto (sem simplificados), mais de 95%, 95,5% (71 066) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 4,5% (3 382) referiram-se a contratos de obras públicas. Em termos de montantes contratuais, 2 056 milhões de euros, respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 188 milhões de euros (8,4%) relativos a obras públicas.

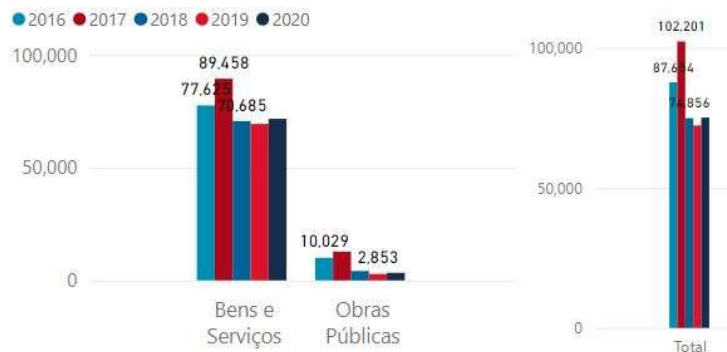
Gráfico 29 - Ajustes diretos em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por comparação com o ano de 2019, o número de contratos por ajuste direto para a aquisição de bens e serviços aumentou (+3%). Assim como o número de contratos decorrentes de ajuste direto relacionados com obras públicas, que aumentou 18,5%.

Gráfico 30 - Número de contratos por ajuste direto: 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em termos de montantes contratuais envolvidos, a tendência foi o aumento, tanto na contratação de bens e serviços (28,7%), como nas obras públicas (24,9%).

Gráfico 31 - Valor dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2020 (em Milhões de Euros)

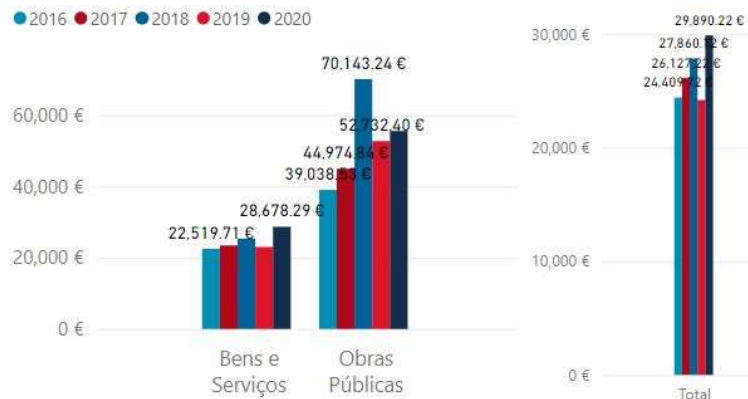


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2020 foi de 29 890,22 €, o que corresponde a um aumento de 2,1% face ao ano anterior (+5 694,20 € por contrato).

Em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2020, foi de 28 678,30 €, o que traduziu um aumento de 24,6% face a 2019 (+5 655,50 € por contrato). No caso das obras públicas houve um aumento (menor que o dos bens e serviços) do valor médio dos contratos, na ordem dos 5,4% (2 845,53 € por contrato).

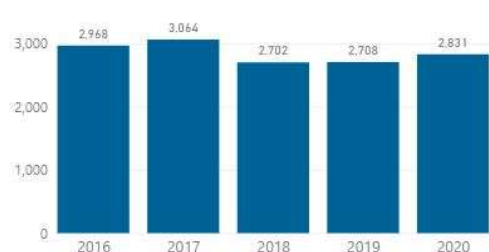
Gráfico 32 - Valor médio dos contratos por ajuste direto: 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em 2020, o número de entidades que reportaram ajustes diretos (excetuando os agrupamentos de entidades) foi de 2 831, isto é, mais 123 entidades adjudicantes do que em 2019 (+4,5%).

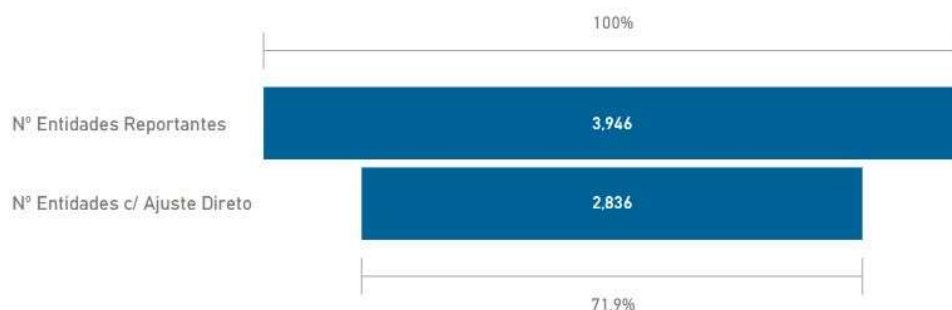
Gráfico 33 - Número de entidades adjudicantes que reportaram ajustes diretos



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Estas entidades representaram 71,9% do número total de entidades adjudicantes que reportaram ao portal BASE contratos celebrados em 2020 (3 946). O que significa, a contrario, que 28% (1 110) das entidades que reportaram contratos celebrados em 2020 não reportaram qualquer contrato que tenha decorrido de um procedimento por ajuste direto.

Gráfico 34 - Número de entidades adjudicantes que, tendo reportado contratos celebrados em 2020, reportaram (ou não) ajustes diretos



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que concerne ao tipo de contratos, segundo a classificação feita de acordo com a nomenclatura CPV, celebrados na sequência de procedimentos por ajuste direto, predominaram o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (44,6 % dos valores contratuais), seguido da «Construção» (10,25%), e dos «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (8,39%), que, no total, representaram mais de metade do montante contratual total por recurso a ajuste direto (63,24%).

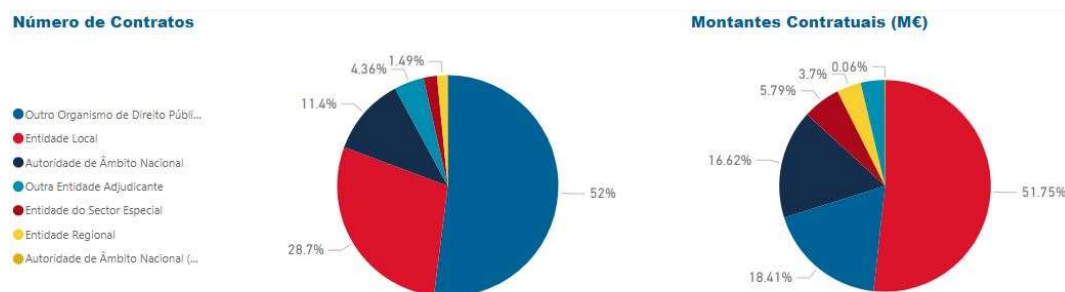
Quadro 4 – Ajustes diretos em 2020, por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	22.187	41.23%	817.561.012,53 €	44.60%
45	Construção	3.382	6.17%	187.964.566,68 €	10.25%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	5.961	10.86%	153.742.704,95 €	8.39%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	3.658	6.80%	116.242.812,34 €	6.34%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	1.870	3.47%	102.248.011,30 €	5.58%
50	Serviços de reparação e manutenção	5.349	9.83%	94.476.754,46 €	5.15%
71	Serviços de arquitectura, construção, engenharia e inspecção	3.567	6.52%	80.876.713,53 €	4.41%
55	Serviços de hotelaria, restauração e comércio a retalho	678	1.16%	64.829.462,51 €	3.54%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	950	1.79%	59.130.500,13 €	3.23%
30	Máquinas, equipamento e material de escritório e de informática, excepto mobiliário e pacotes de programas (software)	1.874	3.84%	58.504.721,38 €	3.19%
85	Serviços de saúde e acção social	1.645	3.07%	50.497.448,59 €	2.75%
92	Serviços recreativos, culturais e desportivos	2.957	5.27%	47.061.588,92 €	2.57%
Total		54,078	100.00%	1,833,136,297,32 €	100.00%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Sabendo-se que o peso dos ajustes diretos variou consoante a entidade em causa, do conjunto das entidades adjudicantes que em 2020 reportaram ajustes diretos, destes procedimentos a maior parte respeitou às «outras entidades adjudicantes» (52%), «entidades locais» (28,7%), seguindo-se os «outros organismos de direito público» (11,4%).

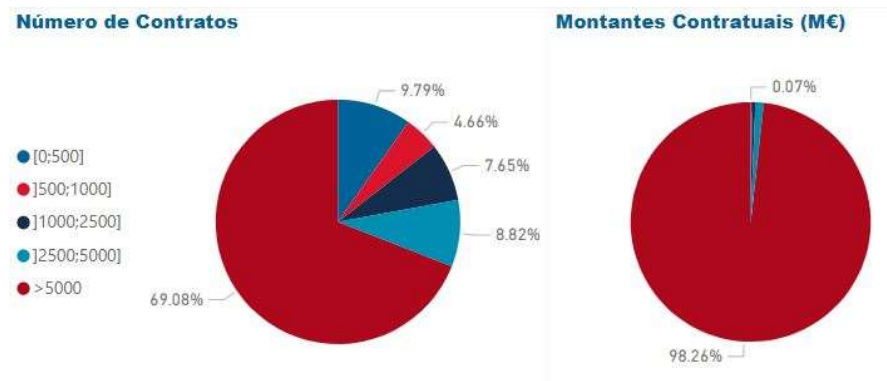
Gráfico 35 - Distribuição dos ajustes diretos, por tipo de entidade, em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por valor do contrato, predominaram os contratos de valor superior a 5000 € (69,08% do número de contratos), e são também os contratos de valor superior a 5000 € que representam a maior fatia em termos de valores contratuais (98,26%).

Gráfico 36 - Distribuição dos contratos por ajuste direto simplificado, por intervalos de valores contratuais



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Os contratos celebrados na sequência de procedimento por ajuste direto fundamentado em critérios de natureza material (portanto, não focados no valor do contrato), em 2020 representaram 1 379 milhões de euros.

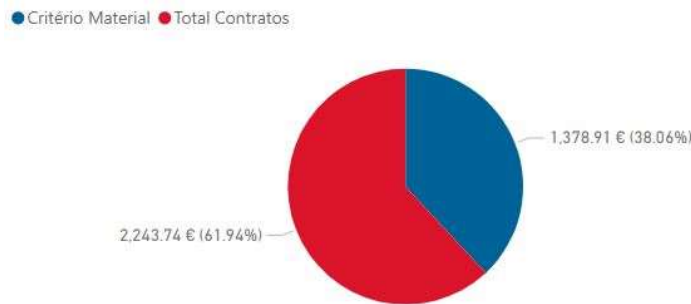
Gráfico 37 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Os contratos decorrentes de critérios materiais, nos quais, por definição, não existe concorrência, representaram, no ano de 2020, 38,6% do valor de todos os contratos públicos reportados.

Gráfico 38 – Peso relativo dos contratos por ajuste direto por razões materiais nos contratos públicos, no ano de 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por comparação com o ano de 2019, observou-se um aumento substancial do número de contratos celebrados decorrentes de procedimentos por ajuste direto fundamentado em critérios materiais. Esta variação deveu-se essencialmente ao aumento nos contratos relativos aos bens e serviços, uma vez que nas obras públicas traduziu-se em +102 contratos.

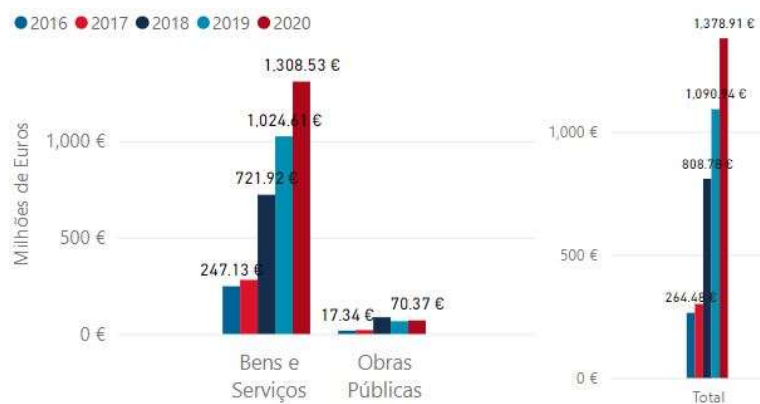
Gráfico 39 - Evolução do número de contratos celebrados com base em critério material em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita aos montantes contratuais envolvidos, houve uma tendência geral de crescimento, confirmada tanto no caso dos bens e serviços (+27,7% que em 2019, isto é, +284 milhões de euros), assim como nas obras públicas +6,1% (traduzindo +4 milhões de euros).

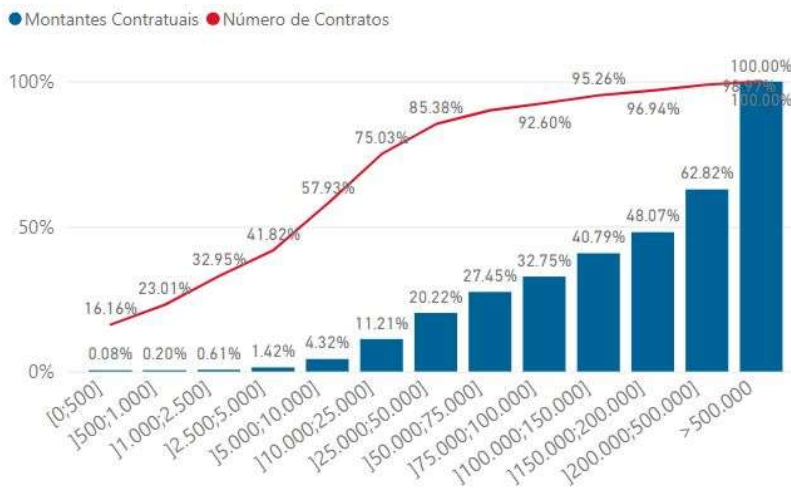
Gráfico 40 - Evolução do Montante Contratual dos contratos celebrados com base em critério material em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

A maior parte dos contratos de bens e serviços celebrados no ano de 2020 ao abrigo de um critério material respeitaram a contratos cujo preço contratual foi inferior a 10 000 € (58%), sendo que 75% tiveram um preço contratual inferior a 25 000 €.

Gráfico 41 - Distribuição dos contratos relativos a bens e serviços celebrados com base em critério material, em 2020

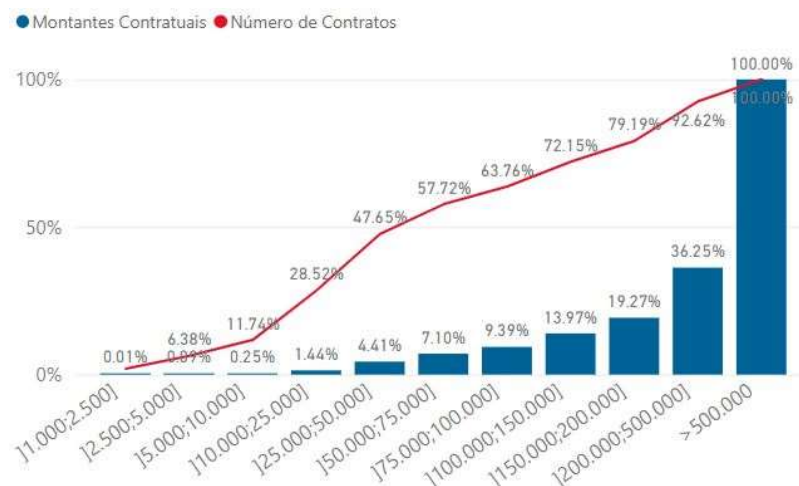


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Já no que respeita aos montantes contratuais envolvidos, foram mais expressivos os contratos cujo preço contratual foi superior a 150 000 €: 86% do valor contratual global relativo a contratos celebrados a coberto de critérios de natureza material referiram-se a contratos cujo preço contratual foi superior àquele valor, sendo de destacar, de entre estes, o peso dos contratos com preço contratual superior a 200 000 € que representaram 80,73% do montante contratual global.

No caso das obras públicas, no que diz respeito ao número de contratos adjudicados na sequência de procedimentos por ajuste direto com base em critérios materiais, 28,5% tiveram como preço contratual um valor abaixo dos 25 000 €, e 57,7% foram celebrados por valor inferior a 75 000 €. Já no que respeita aos montantes contratuais, 63,75% corresponderam a contratos cujo preço contratual foi superior a 500 000 €.

Gráfico 42 - Distribuição dos contratos relativos a obras públicas celebrados com base em critério material, em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

O motivo por «urgência imperiosa» foi a fundamentação maioritariamente invocada (81,7% do número total destes contratos e 76,3% dos montantes contratuais), tendo conjuntamente com o motivo «substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos» representado 81,2% dos valores envolvidos.

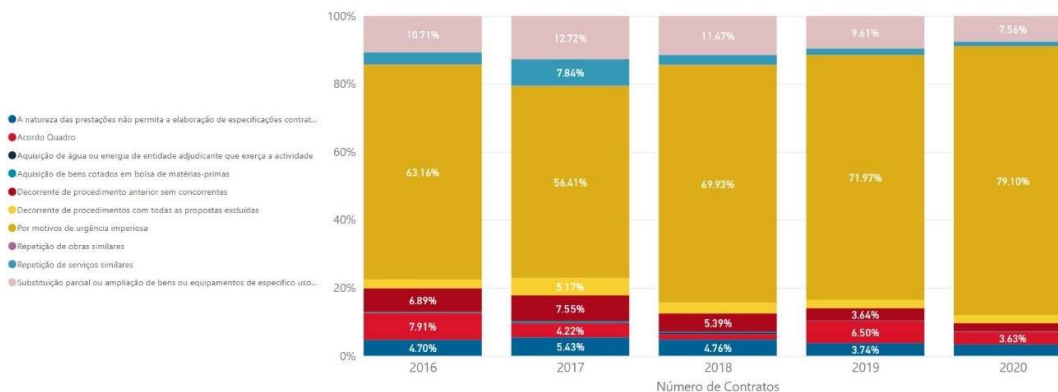
Quadro 5 – Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material em 2020, por razão material

Motivo	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
Por motivos de urgência imperiosa	13,842	81.67%	606.04 €	76.26%
Substituição parcial ou ampliação de bens ou equipamentos de específico uso ...	1,323	6.45%	39.14 €	4.92%
Repetição de serviços similares	219	1.21%	33.95 €	4.27%
Decorrente de procedimentos com todas as propostas excluídas	421	1.96%	26.03 €	3.28%
Repetição de obras similares	19	0.10%	23.67 €	2.98%
Decorrente de procedimento anterior sem concorrentes	427	2.07%	23.56 €	2.96%
A natureza das prestações não permita a elaboração de especificações contrat...	588	3.28%	18.30 €	2.30%
Acordo Quadro	636	2.49%	16.08 €	2.02%
Concurso de concepção	23	0.13%	4.68 €	0.59%
As prestações se destinem a permitir a prestação ao público de um ou mais se...	112	0.64%	3.28 €	0.41%
Total	17,610	100.00%	794.75 €	100.00%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Face a 2019 registou-se um aumento da preponderância dos «motivos de urgência imperiosa», passando a representar cerca de 81% dos contratos em que tenham sido invocados os critérios de natureza material.

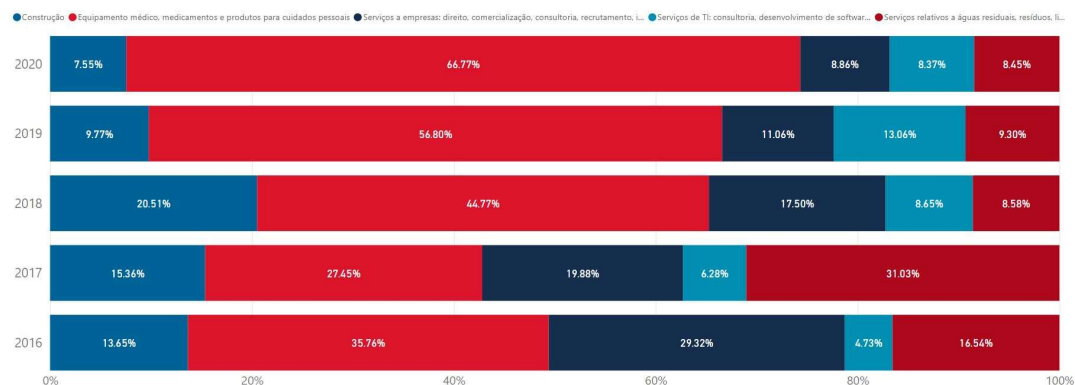
Gráfico 43 - Distribuição do número de contratos celebrados com base em critério material: comparação 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita ao tipo de despesa, por montante contratual e por nomenclatura CPV, os fundamentos de natureza material foram predominantemente invocados na aquisição de «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (66,8%) e «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (8,9%) que, em conjunto, tiveram uma “quota” de 75,6%.

Gráfico 44 - Distribuição dos Montantes Contratuais dos contratos celebrados com base em critério material, por CPV: comparação



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

3.5.3. CONSULTA PRÉVIA

Em 2020 foram celebrados 34 851 contratos por consulta prévia, procedimento que se iniciou em 2018, em que a entidade adjudicante convida diretamente pelo menos três operadores económicos à sua escolha a apresentar proposta, podendo negociar aspetos da execução do contrato a celebrar.

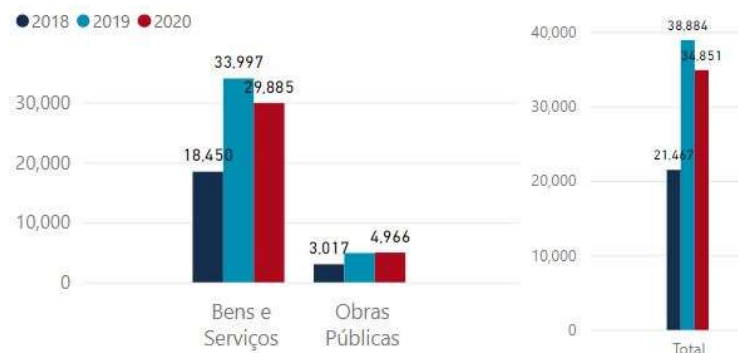
Gráfico 45 – Consultas Prévias em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Dos 34 851 contratos celebrados em 2020 que foram precedidos por procedimento de consulta prévia, 85,8% (29 885) respeitaram a aquisição de bens e serviços, enquanto os restantes 14,2% (4 966) referiram-se a contratos de obras públicas.

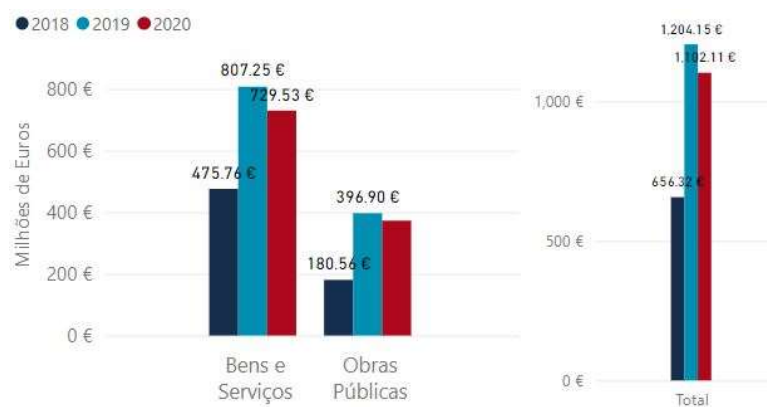
Gráfico 46 - Número de contratos por consulta prévia em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em termos de montantes contratuais, 730 milhões de euros respeitaram a aquisição de bens e serviços, sendo os remanescentes 373 milhões de euros (33,8%) relativos a obras públicas.

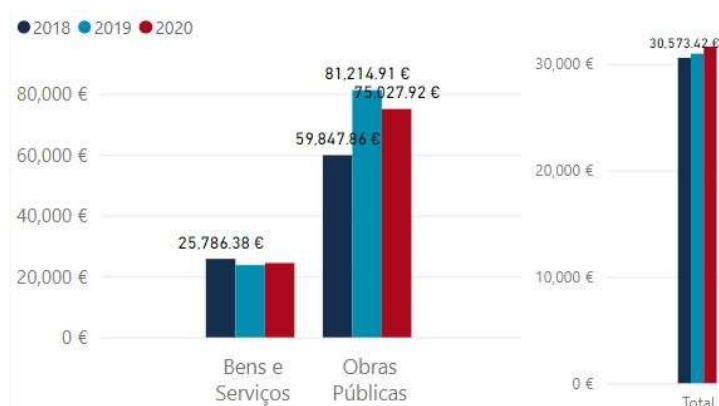
Gráfico 47 - Valor dos contratos por consulta prévia em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita ao valor médio dos contratos, em termos globais o valor médio por contrato, no ano de 2020 foi de 31 623,60 €. Já em termos dos contratos relativos a bens e serviços, o valor médio por contrato, em 2020, foi de 24 411,09 €. No caso das obras públicas foi de 75 027,92 €.

Gráfico 48 - Valor médio dos contratos por consulta prévia em 2020

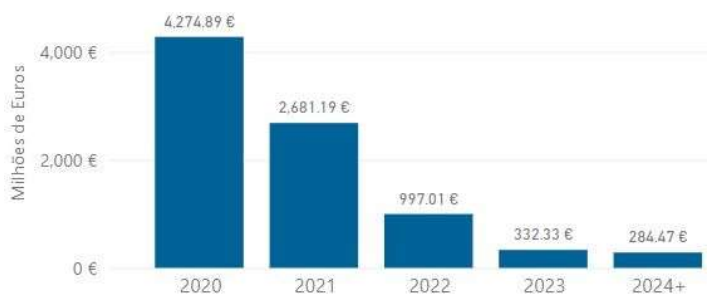


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

4. PROJEÇÃO DOS ENCARGOS DECORRENTES DOS CONTRATOS CELEBRADOS

Dos contratos celebrados durante o ano de 2020, projetando a sua execução ao longo do tempo, a maior parte destinou-se a ser executada no próprio ano.

Gráfico 49 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020 (Milhões de Euros)



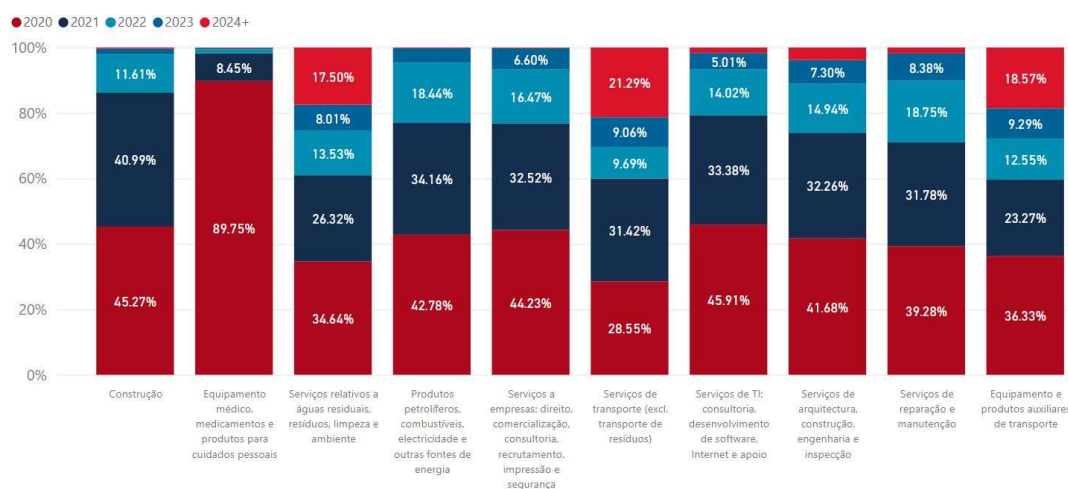
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Existem, todavia, variações sobre a distribuição no tempo dos encargos previsíveis, desde logo em função do tipo de despesa.

Assim, relativamente aos códigos CPV que tiveram um maior peso em termos de montantes contratuais, foi nos códigos «33 - Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (89%), «45 - Construção» (45%), «72 - Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio » (46%) e «79 - Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (44%), que constatamos as maiores taxas de previsão de execução no próprio ano de celebração do contrato (2020).

No lado oposto, foi ao nível dos códigos «60 - Serviços de transporte», «90 - Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente» e «34 - Equipamento e produtos auxiliares de transporte » que a execução previsível dos contratos durante o próprio ano de 2020 foi menos relevante (inferior a 50%), sendo, portanto, nestas rubricas que os contratos celebrados tiveram um carácter mais plurianual.

Gráfico 50 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por CPV

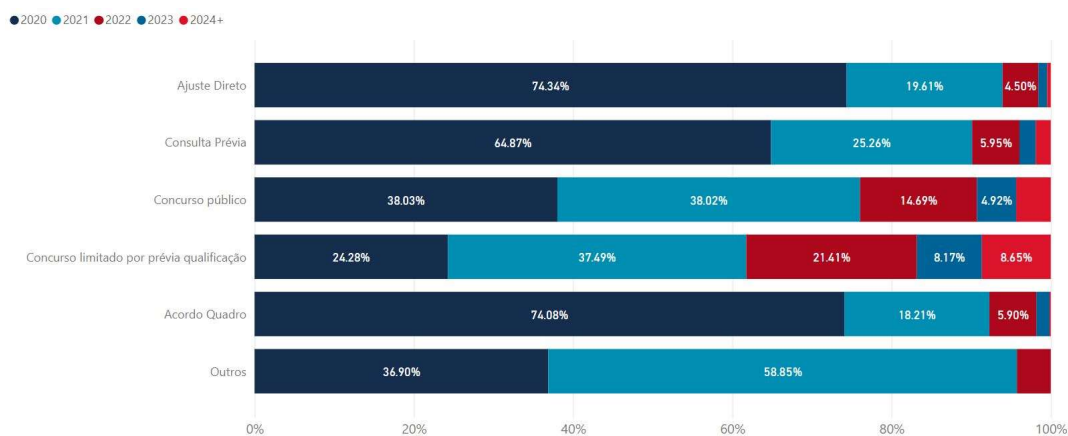


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando o tipo de procedimento que precedeu o contrato, podemos concluir que quando o tipo de procedimento utilizado foi o ajuste direto, os contratos tenderam a ser executados num menor espaço de tempo: 74% do valor dos contratos celebrados na sequência de ajuste direto tinham a sua execução previsível durante o ano de 2020.

Em sentido oposto, nos contratos celebrados na sequência de procedimentos concursais (contratos precedidos por concurso público ou por concurso limitado por prévia qualificação), a previsão da sua execução estendeu-se mais no tempo (tinham a sua execução prevista para ocorrer nos anos de 2020 e seguintes).

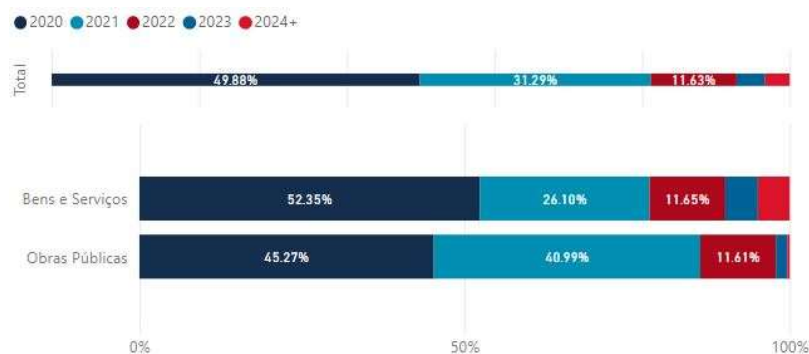
Gráfico 51 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Fazendo a mesma análise, mas por tipo de contrato, constatamos que na distribuição dos encargos pelos anos de execução do contrato, a concentração da execução no próprio ano de celebração do contrato é inferior no caso das obras públicas (45,3%) quando comparado com os contratos relativos a bens e serviços (52,35%).

Gráfico 52 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando o carácter plurianual dos contratos celebrados em 2020 por tipo de entidade, podemos concluir que, tendencialmente, são as «Autoridades de Âmbito Nacional» (75%), as «Outras Entidades Adjudicantes» (71%) e os «Outros Organismos de Direito Público» (64%) aqueles em que os contratos de curta duração (até final de 2020) maior peso tiveram. Com tendência inversa, foram as «Entidades do Setor Especial» (70,2%) e as «Entidades Regionais» (59,8%) as que celebraram os contratos com maior peso para o ano de 2021 e anos seguintes.

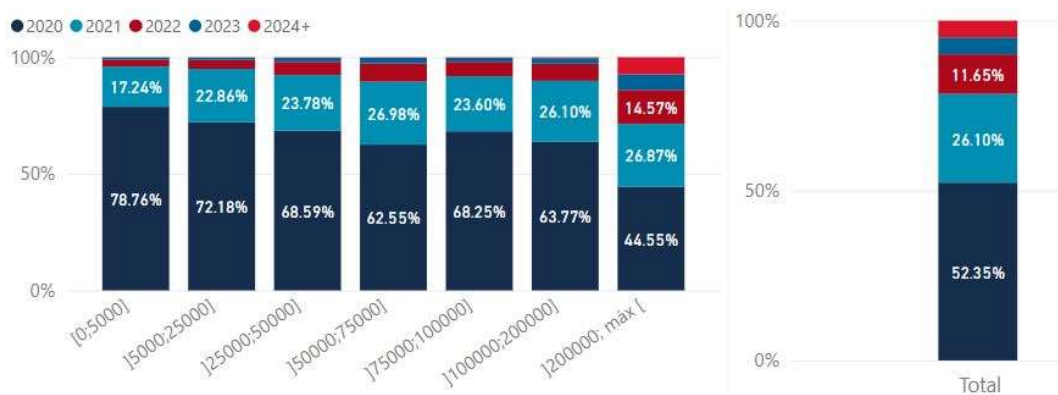
Gráfico 53 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Tendo como critério o valor do contrato, podemos concluir que, no caso de aquisição de bens e serviços, à medida que o montante contratual aumentou, aumentou igualmente a plurianualidade dos contratos. Dos contratos de valor inferior a 5 000 €, 79% do respetivo valor contratual previa-se ser executado em 2020, enquanto nos contratos cujo valor foi superior a 200 000 €, somente 44,5% do valor se projetou ser executado no próprio ano.

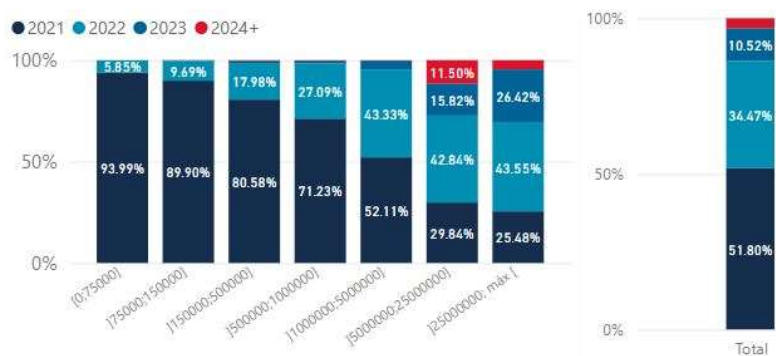
Gráfico 54 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por intervalo de valor contratual – bens e serviços



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No caso das obras públicas, a tendência, embora tenha sido a mesma, não foi tão linear. Nos contratos cujo valor foi superior a 5 000 000 €, menos de metade do valor contratual previu-se ser executado ainda no ano de 2020.

Gráfico 55 - Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados em 2020, por intervalo de valor contratual, obras públicas

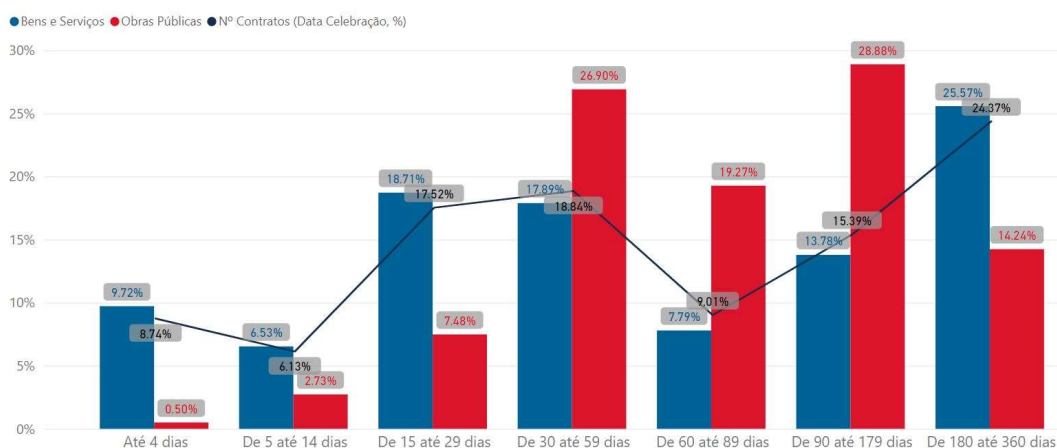


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

5. DURAÇÃO MÉDIA DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO

Relativamente à duração do procedimento pré-contratual, considerando-o como o número de dias entre o início do procedimento (publicação de anúncio ou envio de convite) e a data de celebração do contrato, constatamos que menos de 1/3 dos procedimentos demorou até 4 dias (inclusive) a ser decidido.

Gráfico 56 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2020, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (todos os contratos exceto os ajustes diretos simplificados)

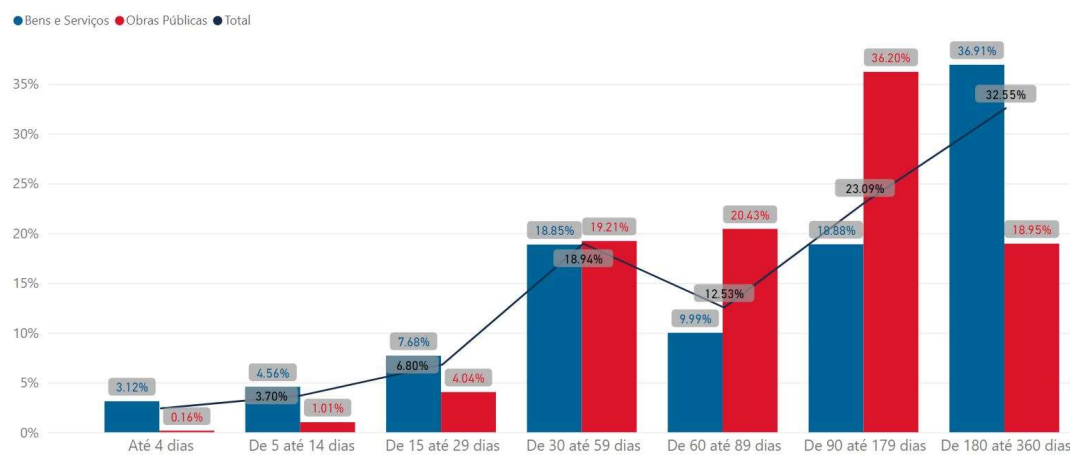


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

A duração dos procedimentos, todavia, teve um comportamento diferenciado consoante o tipo de contrato: no caso dos bens e serviços 9,7% dos procedimentos demoraram menos de 4 dias a serem concluídos, enquanto no caso das obras públicas, nesse mesmo período, apenas 0,5% dos procedimentos foram concluídos.

Os dados atrás referidos estão influenciados pelo peso do número de procedimentos por ajuste direto e consulta prévia no universo do número de contratos reportados, os quais tendem a ser mais céleres do que os procedimentos concursais. Os prazos na conclusão dos procedimentos de contratos precedidos de concurso público ou limitado registaram um valor médio superior.

Gráfico 57 - Duração dos procedimentos, relativos a contratos celebrados em 2020, distribuídos por intervalo de tempo e por tipo de contrato (contratos resultantes de procedimentos concursais)



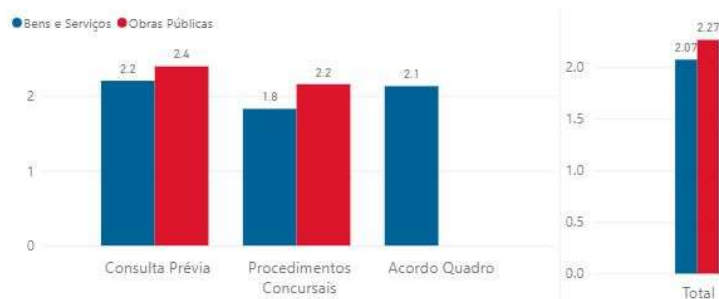
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

6. NÚMERO DE CONCORRENTES POR PROCEDIMENTO

Com o intuito de analisar o nível de concorrência existente nos mercados públicos, foi analisada uma amostra de procedimentos tramitados pelas plataformas eletrónicas cujos contratos foram reportados ao portal BASE.

Na média das propostas por cada procedimento de contratação, existe uma distinção entre os contratos de bens e serviços (2,1) e os relativos a obras públicas (2,3).

Gráfico 58 - Número médio de propostas por procedimento

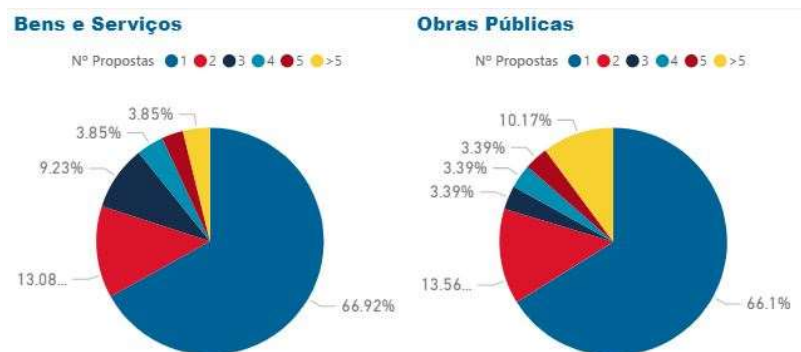


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Ao contrário do que seria expectável, o número de concorrentes por procedimento foi menor no caso dos procedimentos concursais do que no caso dos acordos-quadro e da consulta prévia.

Analisando mais pormenorizadamente os procedimentos concursais, constatamos que em 80% dos procedimentos de aquisição de bens e serviços e em 80% dos procedimentos relativos a obras públicas existiram, pelo menos, duas propostas para análise das entidades adjudicantes.

Gráfico 59 - Número de propostas por procedimento: procedimentos concursais (2020)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Acresce que num determinado número de procedimentos foram apresentadas mais de 5 propostas, especialmente nas obras públicas (10% dos procedimentos), mas menos relevante nos bens e serviços (4%).

O peso dos contratos resultantes de procedimentos em que apenas foi apresentada uma proposta diminuiu na mesma linha do valor contratual: se nos procedimentos com preço base inferior a 25 000 € em 63% dos procedimentos apenas foi apresentada uma proposta, nos procedimentos cujo preço base esteve entre 25 000 € e 50 000 € esse peso diminuiu, 12 pontos percentuais, para 51%.

Gráfico 60 - Número de propostas por procedimento: ajustes diretos para aquisição de bens e serviços (2020)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

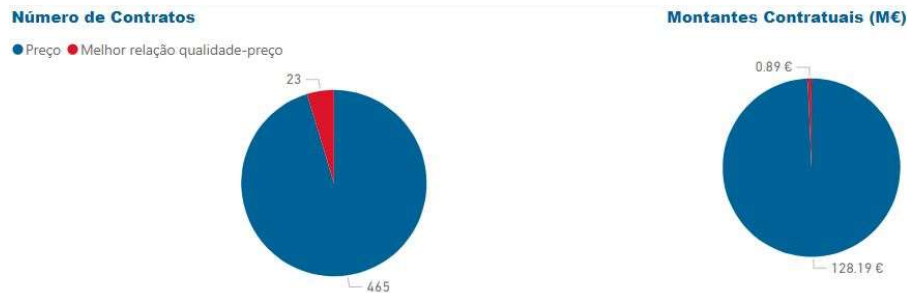
7. MODALIDADE DE ADJUDICAÇÃO

7.1. «PREÇO» VS «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE - PREÇO»

Numa amostra reduzida¹⁰ de procedimentos concursais (com base no anúncio) e cujos contratos foram celebrados em 2020, constatou-se que 95,3% tiveram como modalidade de adjudicação apenas o preço, previsto no art.º 74. A estes contratos corresponderam 99% de montantes contratuais.

¹⁰ Procedimentos de contratação relativamente aos quais foi possível identificar o tipo de critério utilizado e o respetivo peso, quando aplicável. Foram excluídos os procedimentos por ajuste direto. A reduzida amostra em 2020 decorre de alterações ao portal BASE pelo que a identificação do tipo de critério será revista.

Gráfico 61 - Modalidade de adjudicação nos procedimentos abertos (concursos públicos e concursos limitados)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em 2020 mantem-se a tendência observada nos anos de 2018 e 2019, e que aponta para a tímida representação no recurso à modalidade de melhor relação qualidade-preço.

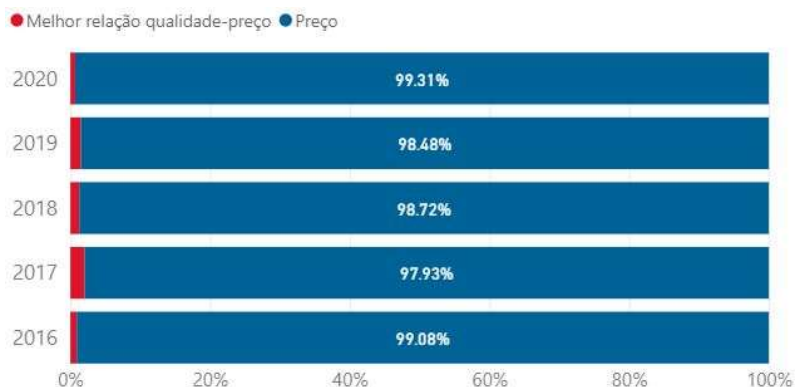
Gráfico 62 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por número de contratos: variação de 2016 para 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Relativamente aos montantes contratuais envolvidos, de 2019 para 2020 houve um ligeiro aumento do peso dos contratos cujo critério foi apenas o do preço face àqueles em que o critério foi o da melhor relação qualidade-preço em +0,8 pontos percentuais.

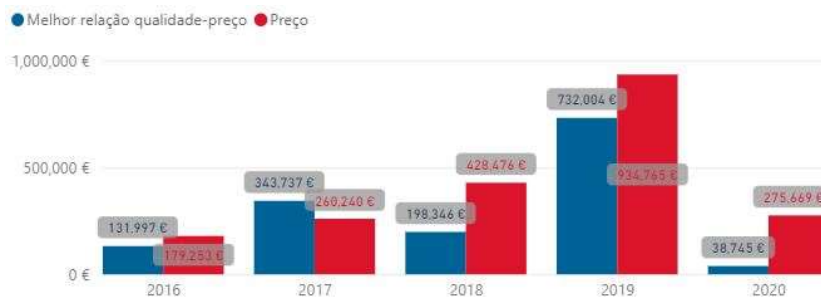
Gráfico 63 – Peso relativo dos critérios de adjudicação por montantes contratuais: variação de 2016 para 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Em termos médios, de 2019 para 2020 notou-se uma diminuição do valor contratual médio no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação foi a do preço (situando-se, agora, nos 275 669€), assim como uma diminuição no caso dos contratos cuja modalidade de adjudicação tenha sido o da «melhor relação qualidade-preço».

Gráfico 64 – Valor médio dos contratos precedidos de procedimento concorrential, por modalidade de adjudicação: variação de 2016 para 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

7.2. «MELHOR RELAÇÃO QUALIDADE PREÇO»: PESO DO FATOR PREÇO

Tendo por base apenas os contratos em cujo procedimento de contratação o critério utilizado foi o da «melhor relação qualidade-preço», foi possível constatar a preponderância que o fator preço (ou análogo) teve na concretização desse critério.

Como se pode confirmar graficamente, o fator preço ou análogo¹¹ teve um peso superior a 90% na grande maioria dos procedimentos concursais abertos no ano de 2020 constantes da amostra tratada.

Gráfico 65 – Distribuição do peso do fator «preço» ou análogo na apreciação das propostas de procedimentos abertos em 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Gráfico 66 – Distribuição acumulada do peso do fator preço ou análogo na apreciação das propostas: comparação dos anos 2018 a 2020

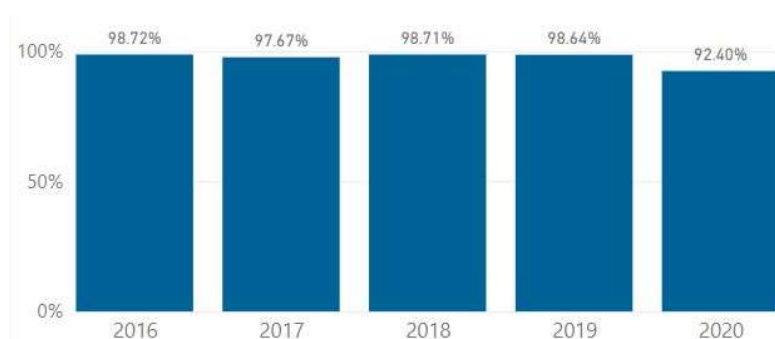


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

¹¹ Entendendo-se por análogo o fator económico do contrato (encargos financeiros, rendas a pagar, etc.).

Juntando os procedimentos cujo fator de apreciação das propostas foi apenas o do preço com os demais procedimentos nos quais o fator preço, não sendo o único factor de apreciação, representou mais de metade da ponderação, concluímos que em 92,4% dos procedimentos concursais, o preço foi o fator de ponderação determinante e maioritário.

Gráfico 67 – Percentagem do número de contratos nos quais o fator preço ou análogo teve preponderância maioritária



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

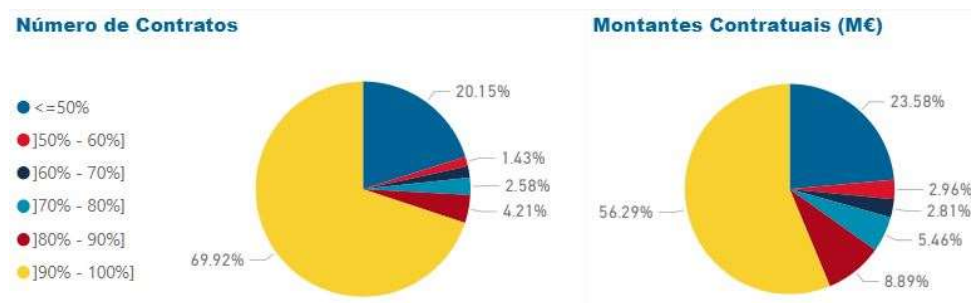
7.3. PREÇOS ANORMALMENTE BAIXOS

No atual contexto económico e orçamental, os procedimentos de contratação são especialmente sensíveis ao fator preço. Do lado dos concorrentes, a necessidade de manter a sua atividade num quadro de fraco crescimento económico, levou-os a apresentar propostas de valor abaixo dos preços que outrora praticariam, prejudicando a sua margem de lucro. Do lado das entidades adjudicantes, as restrições orçamentais, consubstanciadas não só na dimensão dos seus orçamentos, como também nos entraves administrativos (de que são exemplo os fundos disponíveis), traduziu-se numa diminuição geral dos preços base dos procedimentos, “esmagando” potenciais concorrentes, assim como no favorecimento do fator económico, concedendo-lhe maior peso do que porventura fariam noutro contexto.

Uma das formas de procurar analisar e quantificar esta questão passa por analisar o valor final do contrato em função do preço base e do preço anormalmente baixo.

Considerando os contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas), independentemente do tipo de procedimento, constatamos que em 20 % dos contratos da amostra os valores contratuais finais aproximaram-se ou foram mesmo inferiores ao preço anormalmente baixo calculado em função do preço base. A representatividade em termos dos montantes contratuais globais é um pouco superior (24%). Os valores desta análise resultam em parte do facto do preço base, nos procedimentos por Acordo Quadro, ser global e existirem contratos por lotes de valor mais reduzido.

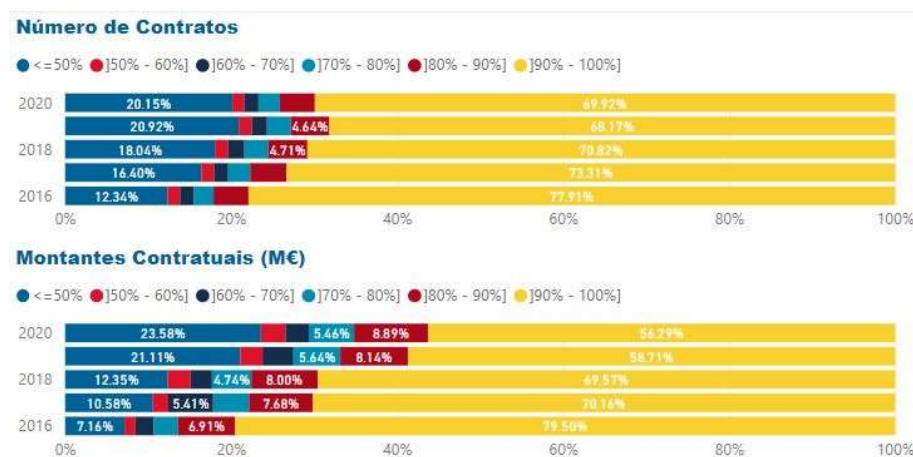
Gráfico 68 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): ano de 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por comparação com os contratos celebrados no ano de 2019, em 2020 assistiu-se a um aumento dos contratos cujo valor, em função do critério legal para identificação de (eventuais) preços anormalmente baixos, de -0,8 pontos percentuais em termos de número de contratos e de +2,5 pontos percentuais no caso dos montantes contratuais.

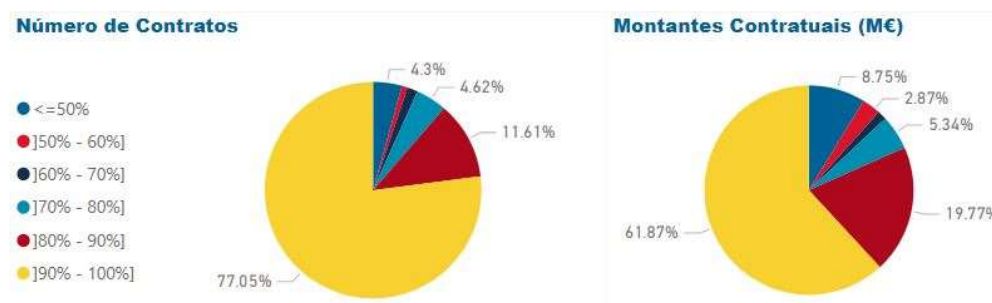
Gráfico 69 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas): evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita às empreitadas de obras públicas, independentemente do tipo de procedimento, a relevância dos contratos cujo preço contratual se aproximou do limite do preço anormalmente baixo é inferior: 4,3% dos contratos, que representam 8,75% dos montantes contratuais, tiveram como preço contratual valores abaixo do preço base.

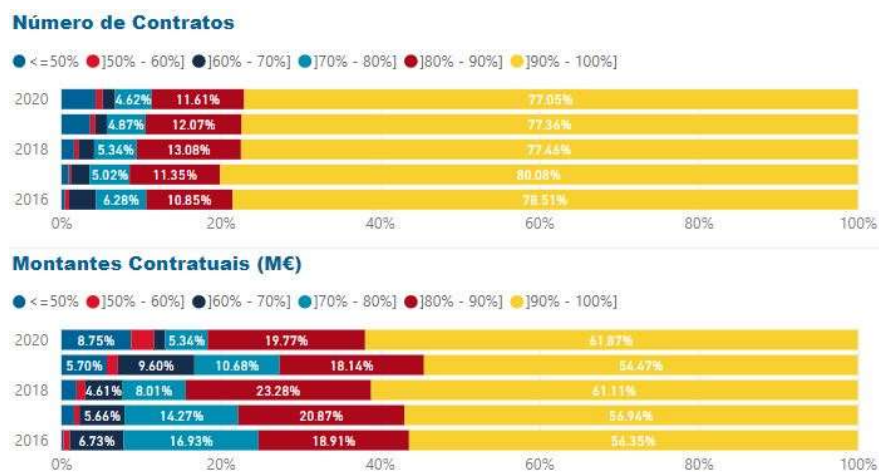
Gráfico 70 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas: ano de 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Comparativamente com o ano de 2019, a evolução constatável com contratos relacionados com obras públicas manteve o sentido quanto ao número: os contratos celebrados por valores dentro do critério de preço anormalmente baixo variaram em 0,7 pontos percentuais. Quanto aos montantes contratuais, subiram 3,1 pontos percentuais (para 8,75%).

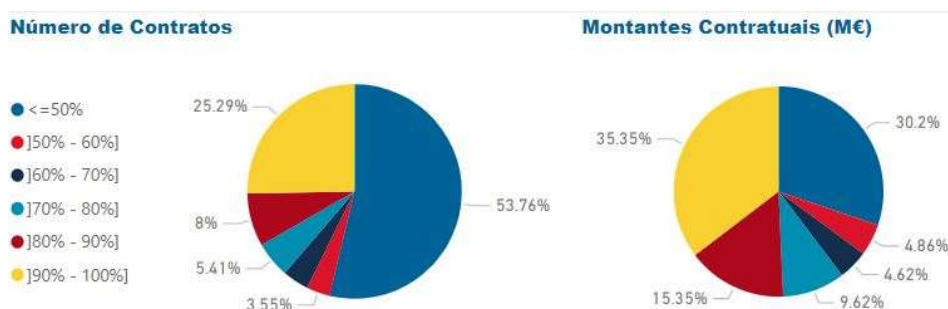
Gráfico 71 - Relação entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas: evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Analisando apenas os procedimentos concursais constatamos que a adjudicação próxima dos valores do preço anormalmente baixo foi mais frequente. No caso dos bens e serviços, o número de contratos em que o valor contratual foi igual ou inferior a 50% do preço base atingiu os 53,76%, representando 30,2% dos montantes contratuais.

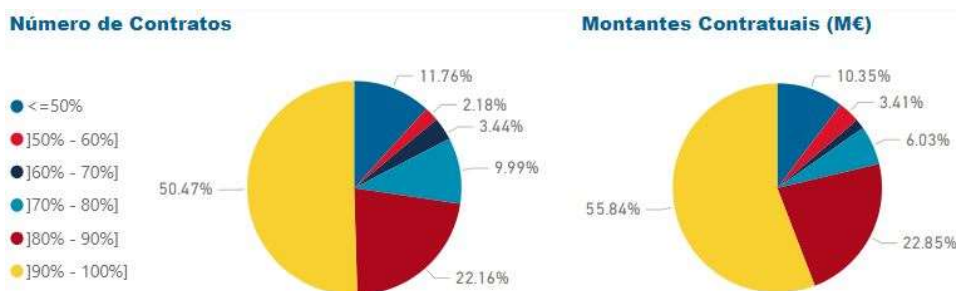
Gráfico 72 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de bens e serviços (incluindo os relacionados com obras públicas) dos procedimentos concursais: ano de 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Situação similar sucede com as empreitadas de obras públicas, onde se constatou que 11,8% do número de contratos e 10,35% dos montantes contratuais envolvidos foram celebrados por valor abaixo do valor de referência para preço anormalmente baixo.

Gráfico 73 - Desvio entre o Preço Base e o Preço Contratual, por intervalo de preço contratual, dos contratos de empreitadas de obras públicas dos procedimentos concursais: ano de 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

8. CONTRATOS POR CLASSIFICAÇÃO “VOCABULÁRIO COMUM PARA OS CONTRATOS PÚBLICOS” (CPV)

Numa breve análise por CPV, constatamos que as obras públicas predominam sobre a restante despesa, sobretudo por força da «Construção», que representa 40,33% do valor contratual total.

Quadro 6 - Distribuição da contratação por CPV

CPV	Descrição CPV	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso
45	Construção	12,462	13.18%	3,501.65 €	40.33%
33	Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	44,147	44.55%	1,908.15 €	21.98%
09	Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	1,861	1.93%	588.12 €	6.77%
90	Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	3,595	3.76%	559.62 €	6.45%
79	Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, imp...	9,213	9.50%	462.51 €	5.33%
60	Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	2,431	2.46%	373.91 €	4.31%
71	Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção	6,611	6.88%	335.53 €	3.86%
72	Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	5,745	6.02%	324.32 €	3.74%
34	Equipamento e produtos auxiliares de transporte	3,339	3.55%	318.78 €	3.67%
50	Serviços de reparação e manutenção	7,844	8.17%	310.03 €	3.57%
Total		97,248	100.00%	8,682.63 €	100.00%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Comparando com o apurado no ano de 2019, constata-se que se assistiu a variações diferenciadas.

Quadro 7 – Distribuição da contratação por CPV: comparação 2019/2020

Descrição CPV	Valor Contratual Homólogo (M€)	%	Valor Contratual Atual (M€)	%
Construção	2,708.93	31.20%	3,501.65 €	40.33%
Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais	1,458.23	16.79%	1,908.15 €	21.98%
Produtos petrolíferos, combustíveis, electricidade e outras fontes de energia	550.06	6.34%	588.12 €	6.77%
Serviços relativos a águas residuais, resíduos, limpeza e ambiente	305.06	3.51%	559.62 €	6.45%
Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança	433.90	5.00%	462.51 €	5.33%
Serviços de transporte (excl. transporte de resíduos)	107.86	1.24%	373.91 €	4.31%
Serviços de arquitetura, construção, engenharia e inspeção	270.18	3.11%	335.53 €	3.86%
Serviços de TI: consultoria, desenvolvimento de software, Internet e apoio	328.07	3.78%	324.32 €	3.74%
Equipamento e produtos auxiliares de transporte	174.31	2.01%	318.78 €	3.67%
Serviços de reparação e manutenção	425.10	4.90%	310.03 €	3.57%
Total	6,761.72	77.88%	8,682.63 €	100.00%

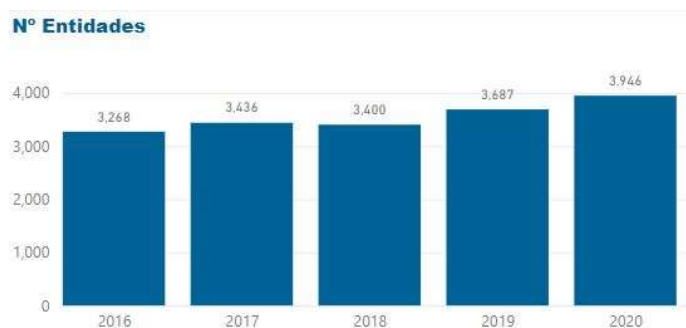
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

9. INTERVENIENTES NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

9.1 ENTIDADES ADJUDICANTES

No ano de 2020 foram 3 946 as entidades que procederam a registo de contratos junto do portal BASE. Este número representa um acréscimo de 259 entidades (+7%) face a 2019 e um acréscimo de 546 (+16%) relativamente ao ano de 2018.

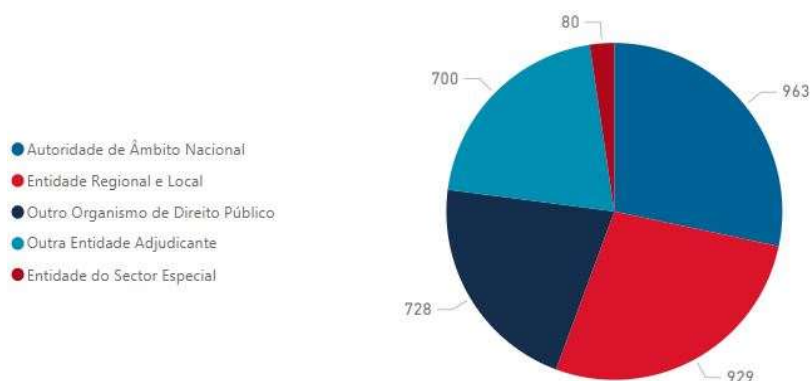
**Gráfico 74 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram
contratos: evolução de 2016 a 2020**



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Estratificando as entidades adjudicantes por tipo, constatamos que são as «Entidades Regionais e Locais» o grupo com maior número (929), seguindo-se as «Autoridades de Âmbito Nacional» (963), os «Outros Organismos de Direito Público» (728), as «Outras entidades Adjudicantes» (700) e «Entidades do Setor Especial» (80).

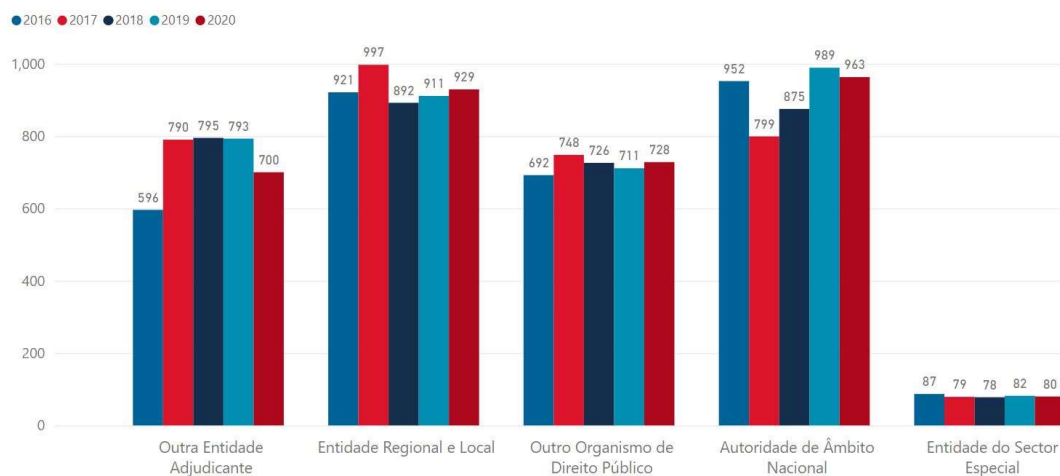
Gráfico 75- Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade (2020)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por comparação com o ano de 2019, houve um acréscimo do número de entidades em dois dos segmentos, tendo-se registado uma variação positiva mais significativa nas «Entidades Regionais e Locais».

Gráfico 76 - Número de Entidades Adjudicantes por tipo de Entidade: evolução 2016 a 2020

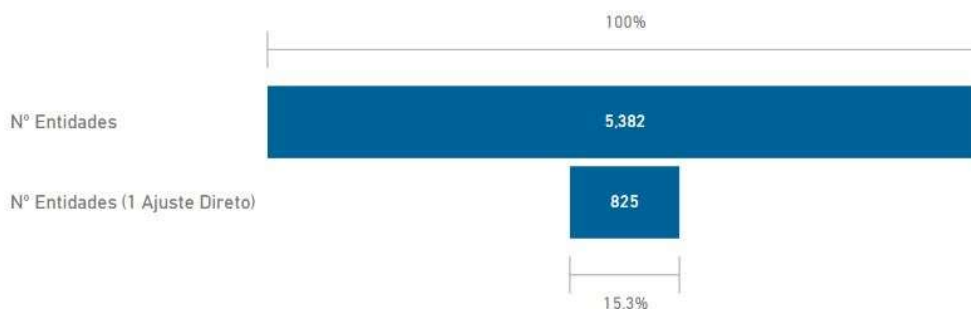


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Apesar do acréscimo de entidades reportantes, o número ainda assim continua a parecer aquém do universo das entidades adjudicantes que, por via da aplicação do Código dos Contratos Públicos, deveriam reportar os procedimentos e contratos ao portal BASE.

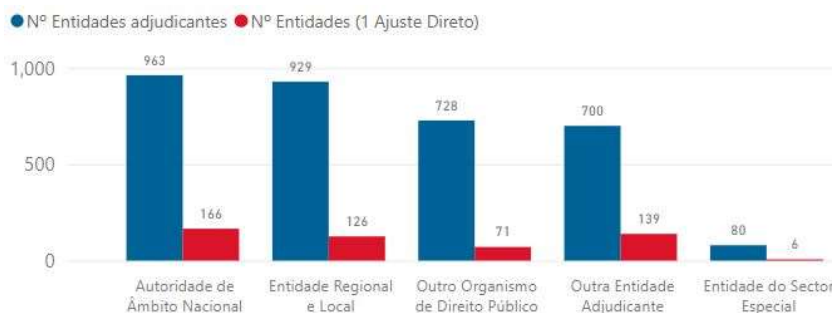
Dado que os procedimentos concursais são obrigatoriamente tramitados através de plataformas eletrónicas e estas asseguram a comunicação com o portal, esta subrepresentatividade tenderá a estar, pois, associada às entidades adjudicantes que apenas tenham utilizado o ajuste direto. Acresce que 15,3% das entidades adjudicantes apenas reportaram 1 contrato por ajuste direto (825).

Gráfico 77 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Gráfico 78 - Número de Entidades Adjudicantes que reportaram um único contrato por ajuste direto, ou não reportaram qualquer contrato por ajuste direto, tendo reportado outros contratos, por tipo de Entidade



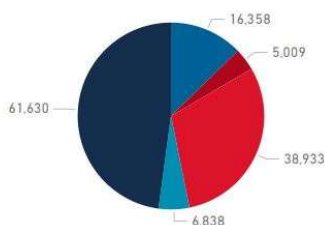
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No ano de 2020 foram as entidades que integram os «Outros Organismos de Direito Público» (47,9%) e as «Entidades Locais e Regionais» (30,2%) quem maior representatividade teve no número de contratos celebrados. Nos montantes contratuais surgem igualmente os «Outros Organismos de Direito Público» (37,2%) e como segundo tipo de entidades com maior expressão as «Entidades Locais e Regionais», responsáveis por 32,5% dos montantes contratuais.

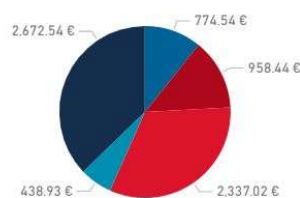
Gráfico 79 - Contratação pública em 2020 por tipo de Entidade

Número de Contratos

- Autoridade de Âmbito Nacional
- Entidade do Sector Especial
- Entidade Regional e Local
- Outra Entidade Adjudicante
- Outro Organismo de Direito Público



Montantes Contratuais (M€)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

As 10 (dez) entidades adjudicantes com maior montante de valores contratuais celebrados representaram 1 471 milhões de euros, sendo representadas em primeiro lugar pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

Quadro 8 - Ranking das Entidades Adjudicantes com maior volume de contratação

Organização	Nº Contratos (Data Publicação)	Peso	Valor Contratual (M€)	Peso	Valor Contratual (Data Celebração)
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.	2,168	10,90%	416,84 €	28,34%	416,836,633,87 €
Infraestruturas de Portugal	506	2,54%	385,68 €	26,22%	385,675,179,59 €
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Norte, E. P. E.	5,004	25,16%	278,48 €	18,93%	278,484,079,23 €
Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, E.P.E. (CHULC)	3,603	18,11%	242,88 €	16,51%	242,875,814,43 €
Direção-Geral da Saúde	389	1,96%	204,04 €	13,87%	204,036,679,99 €
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E. P. E.	2,761	13,88%	192,21 €	13,07%	192,208,165,34 €
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E.	3,957	19,89%	162,57 €	11,05%	162,571,677,91 €
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia (CHNMG)	4,142	20,82%	152,81 €	10,39%	152,809,466,88 €
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	3,049	15,33%	152,53 €	10,37%	152,534,456,80 €
Centro Hospitalar Universitário de São João, E. P. E.	1,885	9,48%	147,63 €	10,04%	147,634,295,57 €
Total	19,890	100,00%	1,470,76 €	100,00%	1,470,761,946,80 €

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

9.2 ADJUDICATÁRIOS

O número de operadores económicos com quem as entidades adjudicantes celebraram contratos foi de 161 955, o que representou um aumento de 35%, face ao número de adjudicatários de 2019 (120 032).

Quadro 9 - Adjudicatários, por nacionalidade

Localização	Nº Adjudicações (Contrato)	Peso
Portugal	159,131	98.26%
União Europeia	1,898	1.17%
Países Terceiros	906	0.56%
	20	0.01%
Total	161,955	100.00%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

A grande maioria dos contratos celebrados no ano de 2020 (159 131, ou seja, 98,3% do número total de adjudicatários) teve co-contratantes sediados em Portugal. Os adjudicatários cuja origem se situa no espaço da União Europeia representaram 1,2% do total de adjudicatários, pertencendo 0,6% a países terceiros.

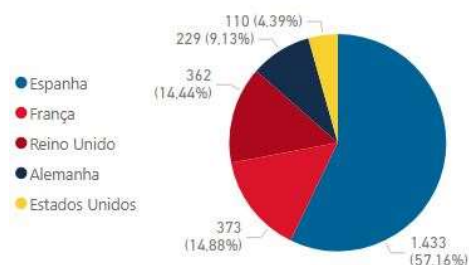
Gráfico 80 - Entidades adjudicatárias, por nacionalidade: evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

9.2.1 ORIGEM DOS ADJUDICATÁRIOS NÃO NACIONAIS

Gráfico 81 - Número de Entidades Adjudicatárias, por país (2020)

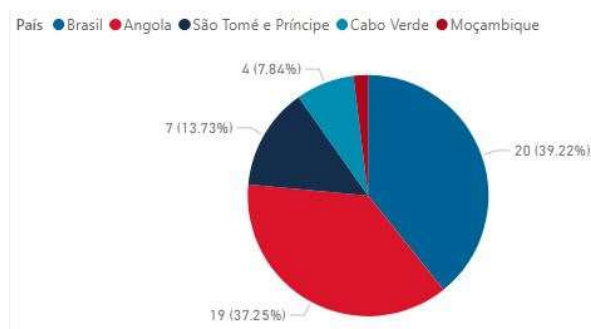


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por origem, o país com maior representação em número de empresas com as quais foi celebrado, pelo menos, um contrato público foi Espanha (1 433), seguida pela França (373) e o Reino Unido (362)

Do número de entidades adjudicatárias com origem em países terceiros (906), 51 são oriundas de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

Gráfico 82 – Entidades adjudicatárias oriundas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Os 10 adjudicatários com maior volume de contratos públicos celebrados no ano de 2020 representaram 1 087 milhões de euros do montante global dos contratos reportados ao Portal BASE.

Quadro 10 - Ranking das Entidades Adjudicatárias com maior volume de contratação

Organização	Nº Contratos	Peso	Valor Contratual	Peso
Endesa Energia, S.A. - Sucursal Portugal	126	6.15%	200,330,818.24 €	18.42%
Tecnovia - Sociedade de Empreitadas, S.A.	37	1.72%	184,979,642.83 €	17.01%
Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, SA	6	0.26%	184,846,820.21 €	17.00%
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia,S.A.	965	41.73%	131,536,380.62 €	12.10%
Dredging International NV	1	0.04%	130,286,038.22 €	11.98%
EMPRESA MARTIN SA	1	0.04%	114,519,704.64 €	10.53%
SiemensMobility/Stadler, A.C.E.	1	0.04%	114,500,000.00 €	10.53%
Galp Power	347	12.25%	113,728,396.04 €	10.46%
Conduril - Engenharia, S. A.	10	0.30%	113,723,888.13 €	10.46%
ROCHE FARMACEUTICA QUIMICA, LDA	977	37.60%	112,518,558.65 €	10.35%
Total	2,468	100.00%	1,087,286,171.14 €	100.00%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

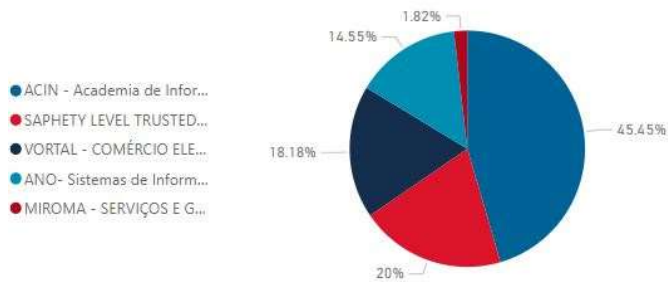
9.3. PLATAFORMAS ELETRÓNICAS

9.3.1 CONTRATOS CELEBRADOS EM 2020 COM AS PLATAFORMAS ELETRÓNICAS PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO

As plataformas eletrónicas da contratação pública são um instrumento central nos mercados públicos, na medida em que por elas são tramitados, obrigatoriamente, os procedimentos concursais. Como vimos, em 2020 foram responsáveis pela tramitação de 49,1% dos procedimentos iniciados naquele ano, a que correspondeu 87,1% do preço base implícito.

Dos contratos celebrados no ano de 2020 tendo como objeto a aquisição de serviços relacionados com a tramitação em plataforma eletrónica certificada dos procedimentos contratuais, dois fornecedores distinguem-se na quota de mercado– Acin Solutions (acinGov) e Saphety Level (SaphetyGov)– sendo responsáveis por 65,5% do número total de novos contratos.

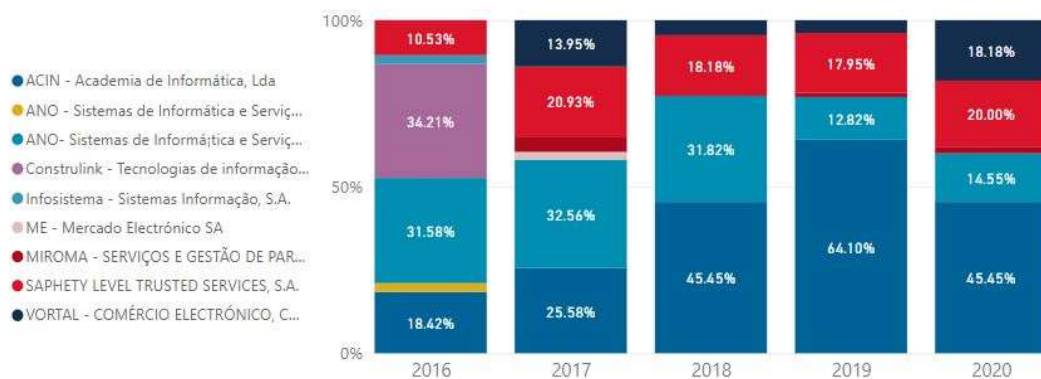
Gráfico 83 - Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Face aos anos anteriores, o mercado das plataformas eletrónicas de contratação pública parece ter evoluído numa maior distribuição. De facto, as três empresas com maior quota, representaram 83,6% do mercado em 2020.

Gráfico 84 - Distribuição de contratos celebrados com Plataformas Eletrónicas para a tramitação processual, por entidade certificada: evolução 2016 a 2020

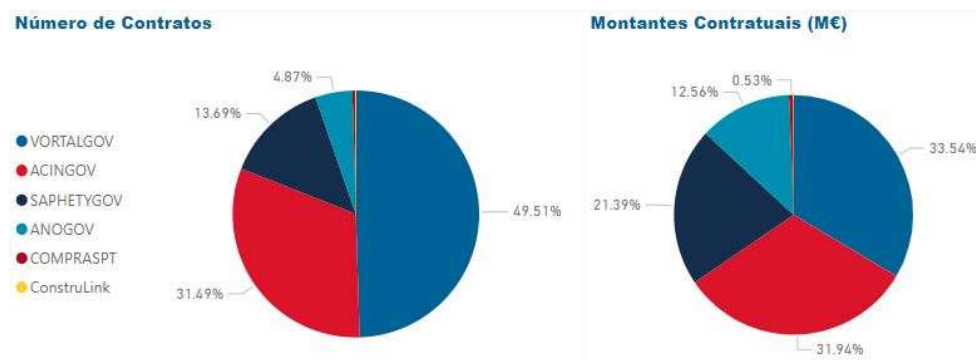


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

9.3.2 CONTRATOS CELEBRADOS EM 2020 POR PLATAFORMA POR ONDE TRAMITARAM OS RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS

No que respeita ao peso relativo do número e dos montantes contratuais que foram tramitados por plataforma, verifica-se uma concentração em três plataformas (VortalGOV, acinGov e saphetyGov), que asseguraram 94,7% do número de contratos reportados ao portal BASE, e representaram 86,9% do montante contratual global.

Gráfico 85 - Distribuição do número de contratos e dos montantes contratuais tramitados, por plataforma

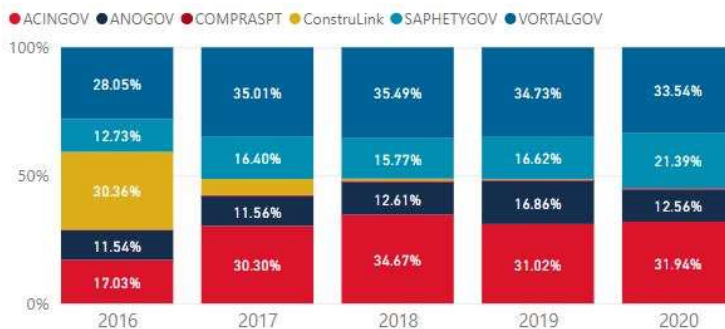


Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

A VortalGov teve a preponderância no número de contratos (49,5%), e também foi pela plataforma da VortalGov que foi tramitado o maior volume contratual (33,5%) seguida da acinGov, com 31,5% do número de contratos e 31,9% do valor contratual.

Comparando com o ano de 2019, constatou-se um aumento em 4,77 p.p. da relevância da plataforma saphetyGov, e de 0,92 p.p. da plataforma acinGov, face ao mercado global.

Gráfico 86 - Distribuição dos montantes contratuais, por plataforma: evolução 2016 a 2020



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por tipo de procedimento utilizado, destaca-se o peso que a acinGov registou nos procedimentos concursais quanto ao número de contratos (38,7%) em 2020, e o peso da acinGov, no que respeita aos montantes contratuais dos procedimentos concursais (34,4%).

Gráfico 87 - Distribuição dos números e montantes contratuais, por plataforma: ano de 2020



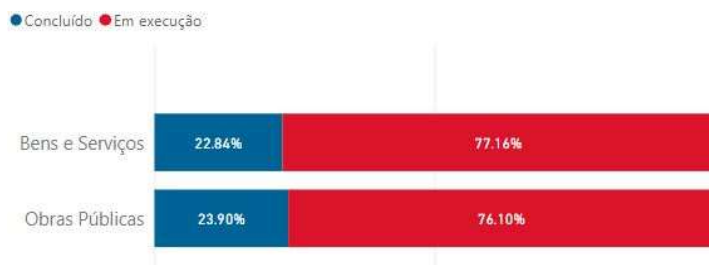
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

10. EXECUÇÃO DOS CONTRATOS

10.1 DESVIO DE PREÇOS¹²

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório (dos contratos celebrados que tinham indicação do preço total efetivo), a taxa de conclusão registada era menor no caso dos bens e serviços (22,84%, referente a 30 947 contratos) do que no caso das obras públicas (23,90%, respeitante a 2 979 contratos).

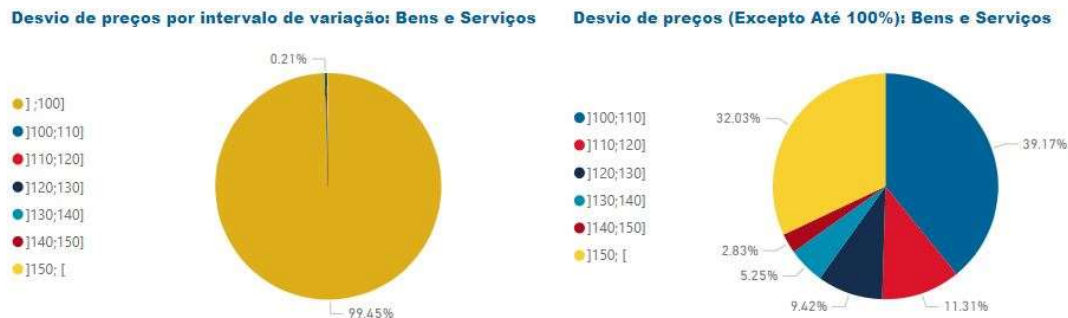
Gráfico 88 - Contratos com indicação do preço total efetivo



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Confrontando o valor total efetivo de cada um destes contratos com o preço contratual, constata-se que no caso dos bens e serviços em apenas 0,21% dos contratos o preço total final foi superior ao valor contratualmente definido.

Gráfico 89 - Desvios de preços por intervalo de variação: Bens e Serviços



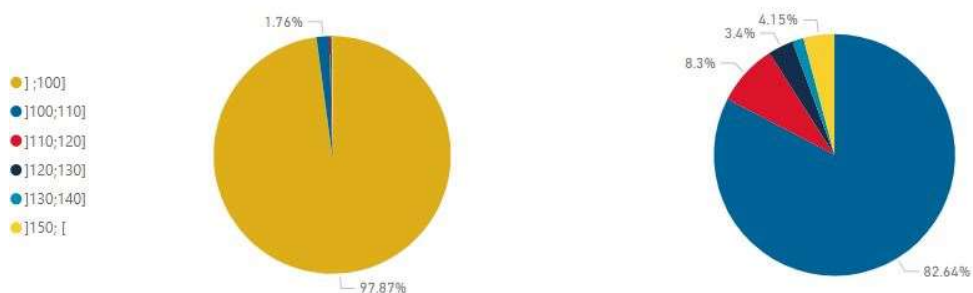
Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

¹² Importa ter em conta que o desvio de preços que aqui é considerado tem a ver com a diferença entre o preço total efetivo do contrato e o preço contratual. Não se entra em linha de conta com a natureza dos sobrecustos; por ausência de informação, tais desvios podem dever-se a trabalhos a mais e/ou a menos, a juros indemnizatórios, etc.

No caso das obras públicas o peso dos contratos em que tal situação sucedeu é ligeiramente superior, mas ainda assim com um valor muito pequeno: em apenas 1,76% dos contratos relacionados com obras públicas o valor final foi superior ao valor contratualizado.

Gráfico 90 - Desvios de preços por intervalo de variação: Obras Públicas

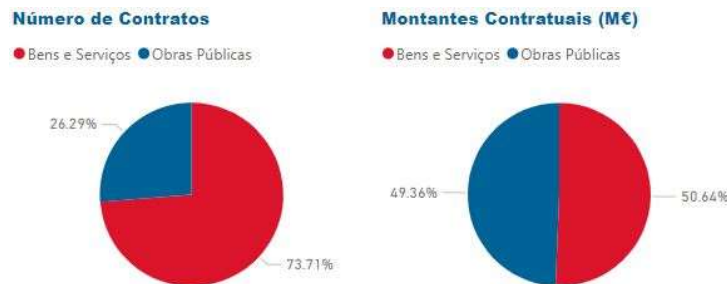
Desvio de preços por intervalo de variação: Obras Públicas **Desvio de preços (Excepto Até 100%): Obras Públicas**



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Dos contratos celebrados em 2020 cujo preço total efetivo foi superior ao preço contratual, 74% respeitaram a contratos de aquisição de bens e serviços, correspondendo a 51% dos montantes contratuais desse universo.

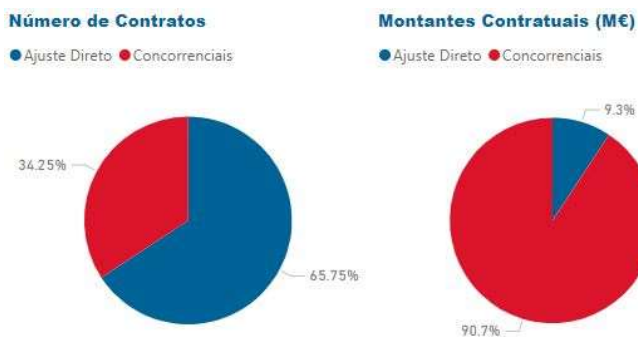
Gráfico 91 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de contrato



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por tipo de procedimento, a maioria do número de contratos (66%) e 9% do montante contratual respeitaram a contratos que foram precedidos por procedimentos de ajuste direto.

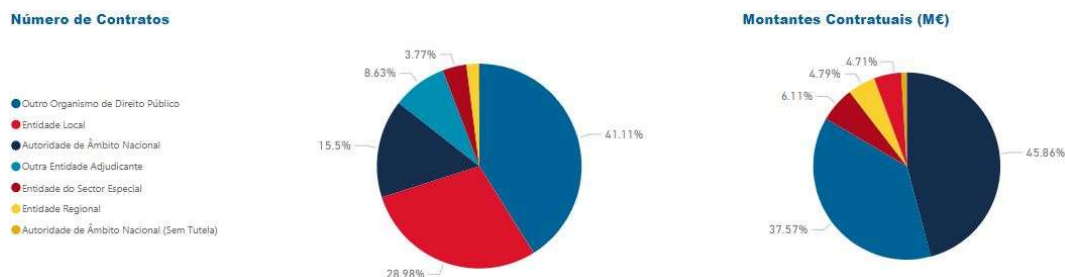
Gráfico 92 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de procedimento



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Relativamente ao tipo de entidades adjudicantes que celebraram contratos cujo preço final efetivo foi superior ao valor contratual, foi principalmente nos «Outros Organismos de Direito Público» (41% dos contratos e 38% dos montantes contratuais) e nas «Entidades Locais» (29% dos contratos) que tal situação ocorreu.

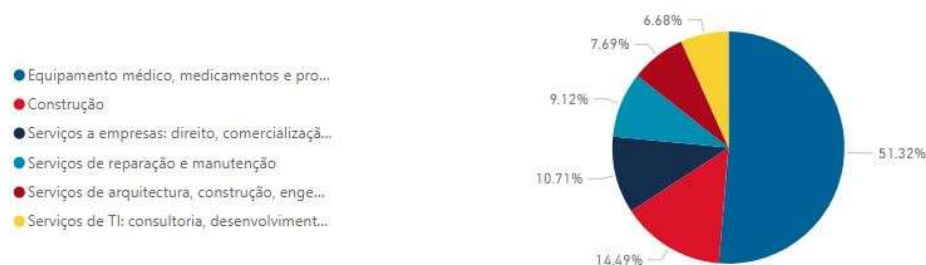
Gráfico 93 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por tipo de entidade adjudicante



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

Por tipo de despesa, analisando onde se reportaram o maior número de contratos, destacaram-se o «Equipamento médico, medicamentos e produtos para cuidados pessoais» (51%), seguindo-se a «Construção» (15%) e os «Serviços a empresas: direito, comercialização, consultoria, recrutamento, impressão e segurança» (11%).

Gráfico 94 - Contratos com preço efetivo superior ao preço contratual, por CPV (número de contratos)



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

10.2 DESVIO DE PRAZOS

À data de recolha dos dados para a elaboração do presente relatório, dos contratos celebrados 79%, tinham indicação da duração efetiva do contrato (76,9% no caso dos contratos relativos a aquisição de bens e serviços e 100% relativamente aos contratos relacionados com obras públicas).

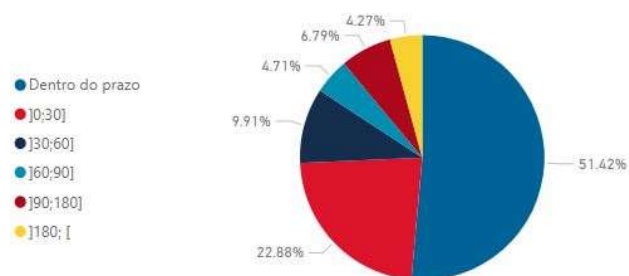
Quadro 11 – Contratos com indicação da duração final do contrato

Contratos	Nº Contratos (Data Publicação)	Nº Contratos Concluídos	Peso
Bens e Serviços	135,478	104,169	76.89%
Obras Públicas	12,462	12,462	100.00%
Total	147,940	116,631	78.84%

Fonte: portal BASE (dezembro 2021)

No que respeita ao cumprimento dos prazos de execução contratualmente definidos, no caso dos bens e serviços o prazo contratual não foi respeitado em 48,6% dos contratos. Ainda assim, em apenas 15,8% dos contratos esse prazo foi ultrapassado em mais de 60 dias.

Gráfico 95 - Desvios de prazos por intervalo de variação: Bens e Serviços



Fonte: portal BASE (dezembro 2021)



Av. Júlio Dinis N.º 11
1069 -10 Lisboa · Portugal

T: +351 217 946 700
F: +351 217 946 790

geral@impic.pt
www.impic.pt